



RELATÓRIO E CONTAS 2011



Finibanco, S.A.

Sede Social Rua Júlio Dinis, 157 Apartado 4573 4050-323 Porto

Capital Social € 180.000.000 Cons. Reg. Com. do Porto e Pes. Colect. N.º 505 087 286

ÍNDICE

1. Órgãos Sociais

2. Enquadramento Macroeconómico

3. Atividade em 2011

4. Análise Económica e Financeira

5. Aplicação de Resultados

6. Declarações dos Membros do Conselho de Administração

Demonstrações Financeiras

Certificação Legal de Contas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Anexos

Participações dos Membros dos Órgãos de Administração

Participações Qualificadas

Ações Próprias

1.Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	António Joaquim de Matos Pinto Monteiro
Vice-Presidente	Pedro Canastra de Azevedo Maia
Secretário	Mário Paulo Ramos Caetano Pereira

Conselho de Administração

Presidente	António Tomás Correia
Vogais	José de Almeida Serra
	Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
	Eduardo José da Silva Farinha
	Álvaro Cordeiro Dâmaso

Conselho Fiscal

Presidente:	José Rodrigues de Jesus
Vogal Efetivo:	António Monteiro de Magalhães
Vogal Efetivo:	Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes

Revisor Oficial de Contas (efetivo)

KPMG & Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. n.º189
representado por Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho, ROC n.º 1.081

2. Enquadramento Macroeconómico

A conjuntura macroeconómica global caracterizou-se, durante o ano de 2011, pelo abrandamento do ritmo de crescimento e pelo aumento generalizado dos níveis de risco, num quadro marcado pela ocorrência de variados e sucessivos impactos de natureza exógena que produziram alterações ao contexto subjacente e, por conseguinte, conduziram à revisão das políticas económicas à escala global.

Assistiu-se ao aprofundamento da crise da dívida soberana da Zona Euro, que produziu efeitos no aumento dos prémios de risco nos mercados financeiros, conduzindo a condições financeiras mais restritivas para os agentes económicos, não só nos países mais afetados, mas, também, com efeitos de contágio sobre o sistema financeiro internacional e com impacto ao nível das decisões de consumo e de investimento. O alastrar da crise a Espanha e Itália colocou-a noutra patamar de dimensão e impactos. Observam-se efeitos sobre a economia mundial das medidas de austeridade nestes países, sendo que a própria França também começou a ver ameaçado o seu rating triple A (entretanto já revisto em baixa, no início de 2012, por uma das três principais agências de rating), forçando o Governo a anunciar medidas que visam uma consolidação orçamental mais tempestiva.

A economia global encerrou o ano de 2011 com um crescimento que o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima em 3,8%, mais fraco do que o registado em 2010 (4,3%).

Apenas os EUA registaram crescimentos entre as principais economias desenvolvidas, na medida em que a Zona Euro, o Reino Unido e o Japão contraíram no 4º trimestre do ano. Apesar do abrandamento, continuaram a ser visíveis ritmos de crescimento bastante diferenciados em 2011, onde as economias desenvolvidas registaram um nível de 1,6%, ao passo que as economias emergentes e em desenvolvimento atingiram 6,2%.

A atividade económica em Portugal evoluiu em contraciclo com a Zona Euro, observando quedas em todos os trimestres, tendo a única exceção sido o derradeiro trimestre do ano, onde também a Zona Euro contraiu, embora substancialmente menos do que em Portugal

(decréscimos em cadeia de 0,3% e 1,3%, respetivamente). No conjunto do ano, o PIB terá contraído 1,6%, depois de, em 2010, ter crescido 1,4%.

3. Atividade em 2011

Em 31 de Março 2011, a Caixa Económica - Montepio Geral adquiriu 100% do capital social do Finibanco – Holding, SGPS S.A., ao Montepio Geral - Associação Mutualista, na sequência da Operação Pública de Aquisição lançada por esta sobre o capital daquele, concretizada no final de 2010, com vista a consolidar nas suas atividades, as operações e as redes das subsidiárias da Finibanco-Holding.

Em consequência desta aquisição, procedeu-se, em 4 de Abril de 2011, à transmissão da totalidade dos ativos e passivos (trespasse) do Finibanco, S.A. para a CEMG, com exceção dos imóveis, propriedade do Finibanco, S.A., adquiridos por este em resultado de aquisições em reembolso de crédito próprio e de contratos de locação financeira (mobiliária e imobiliária) em que o Finibanco, S.A. é locador financeiro, bem como todos os passivos e provisões associados, e os elementos do ativo imobilizado que suportam materialmente a actividade locação financeira.

Por força das movimentações referidas, o ano de 2011, foi um ano de reafecção da atividade do Finibanco, SA e de redefinição da sua estratégia de negócio para o futuro, perspetivando-se a sua evolução como entidade especializada no apoio às empresas e ao investimento.

4 Análise Económica e Financeira

Em 31 de Dezembro de 2011, o ativo líquido do Finibanco, S.A. situou-se em 213,3 milhões de euros, representando o crédito a clientes cerca de 68,2% deste total.

O crédito a clientes (bruto), composto exclusivamente por “leasing” imobiliário e mobiliário, era de 155,2 milhões de euros, encontrando-se cerca de 9,8 milhões de euros (6,3%) cobertos por provisões para crédito vencido.

Os ativos financeiros disponíveis registam 41,8 milhões de euros referentes a unidades de participação do Fundo CA Imobiliário que o Finibanco, S.A. detém.

No final do ano de 2011 foi realizada uma operação de venda de imóveis adquiridos por reembolso de crédito próprio, no montante de 42 milhões de euros. Após esta operação, os ativos não correntes detidos para venda líquidos, situam-se em 11,9 milhões de euros.

O Finibanco,SA dispõem de um financiamento de curto prazo de 39,2 milhões de euros em que a contraparte é a Caixa Económica - Montepio Geral.

Os capitais próprios situam-se em 157,8 milhões de euros, mantendo-se o capital social (180 milhões de euros) que existia aquando da data do trespasse.

O resultado do exercício foi positivo, em 24,4 milhões de euros, e é justificado pela venda da transmissão dos ativos e passivos para a CEMG. À data do trespasse, registava-se um resultado líquido negativo de 10,1 milhões de euros.

A atividade corrente, no que respeita à carteira de crédito de “leasing”, registou na margem financeira proveitos de cerca de um milhão de euros após o referido trespasse.

Em 2011, os custos de estrutura situavam-se em 26,2 milhões de euros, dos quais 24,2 milhões de euros são relativos ao período anterior ao trespasse e os restantes 2 milhões de euros respeitam a gastos administrativos afetos à atividade corrente.

As provisões do exercício atingiram 17,2 milhões de euros, tendo sido reforçadas em 8,5 milhões de euros após o trespasse. Foi constituída uma provisão de 1,9 milhões de euros para processos judiciais que se encontram em curso.

Foi reconhecido, em resultado 15,4 milhões de euros referente a impostos diferidos.

5. Aplicação de Resultados

No exercício de 2011 o Finibanco, S.A. obteve um Lucro de 24.420.303,90 euros, para o qual se propõe a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal (10%)	2.442.030,39 euros
Para Resultados Transitados	21.978.273,51 euros
Total	24.420.303,90 euros

6. Declarações dos Membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Finibanco, S.A. declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão e as contas anuais relativas ao exercício de 2011, expõem fielmente a evolução dos negócios, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Finibanco, S.A..

Mais declara ainda que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Finibanco, S.A., bem como a descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

António Tomás Correia

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

Demonstrações Financeiras e Certificação Legal de Contas

Finibanco, SA

Balanço em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2011		2010	
	Activo Bruto	Imparidade e amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	119 947
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	30 316
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	3 802
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	9 628
Activos financeiros disponíveis para venda	41 830	-	41 830	132 776
Aplicações em instituição de crédito	-	-	-	473 107
Crédito a clientes	155 232	9 793	145 439	2 379 495
Activos não correntes detidos para venda	21 035	9 136	11 899	37 448
Propriedades de investimento	-	-	-	18 453
Outros activos tangíveis	776	776	-	32 635
Activos intangíveis	206	206	-	2 918
Activos por impostos correntes	2	-	2	2
Activos por impostos diferidos	5 119	-	5 119	22 659
Outros activos	8 972	-	8 973	71 002
Total do Activo	233 173	19 911	213 262	3 334 188
Passivo				
Recursos de bancos centrais			-	310 140
Passivos financeiros detidos para negociação			-	12 357
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			-	143 185
Recursos de outras instituições de crédito			39 222	118 911
Recursos de clientes			-	2 390 155
Passivos financeiros associados a activos transferidos			-	141 124
Provisões			3 231	23 580
Outros passivos subordinados			-	11 031
Outros passivos			13 037	39 831
Total do Passivo			55 490	3 190 314
Situação líquida				
Capital			180 000	180 000
Outros instrumentos de capital			-	15 000
Reservas de justo valor			(66)	(7 235)
Outras reservas e resultados transitados			(46 582)	11 941
Resultado líquido do exercício			24 420	(55 832)
Total da situação líquida			157 772	143 874
Total do passivo e da situação líquida			213 262	3 334 188

Finibanco, S.A.

Demonstração dos Resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2011	2010
Juros e proveitos similares	42 989	141 069
Juros e encargos similares	25 824	68 331
Margem financeira	17 165	72 738
Rendimentos de instrumentos de capital	-	63
Rendimentos de serviços e comissões	5 465	24 694
Encargos com serviços e comissões	(957)	(5 134)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	883	3 101
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	207	611
Resultados de reavaliação cambial	(46)	635
Resultados de alienação de outros activos	(2 296)	(137)
Outros resultados de exploração	62 903	(1 441)
Total de proveitos operacionais	83 324	95 130
Custos com pessoal	13 974	57 276
Gastos gerais administrativos	10 117	34 063
Depreciações e amortizações	2 107	8 313
Total de custos operacionais	26 198	99 652
Imparidade de crédito	12 659	54 099
Imparidade de outros activos	3 171	(489)
Outras provisões	1 362	2 261
Resultado antes de impostos	39 934	(60 393)
Impostos		
Correntes	74	307
Diferidos	15 440	(4 868)
Resultado líquido do exercício	24 420	(55 832)

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Finibanco, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Com a respectiva Certificação Legal das Contas)



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Finibanco, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 213.262 milhares de euros e um total de capital próprio de 157.772 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 24.420 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, definidas pelo Banco de Portugal, que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n.ºs 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e no n.º 2º do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA's"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, o rendimento integral as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Finibanco, S.A.** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA's, conforme definidas pelo Banco de Portugal.

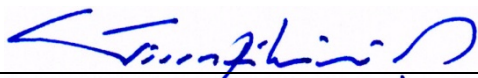
Ênfase

- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção que os valores das demonstrações financeiras, referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2010, são apresentados apenas para fins comparativos. As referidas demonstrações financeiras foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que emitiu a Certificação Legal das Contas sem reservas e com uma ênfase em 5 de Maio de 2011. A nossa nomeação como revisores ocorreu em 22 de Julho de 2011 para efectuarmos a revisão legal das contas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011. Consequentemente, efectuámos os procedimentos de auditoria aos saldos de balanço em 1 de Janeiro de 2011, que considerámos adequados atendendo às circunstâncias.

Relato sobre outros requisitos legais

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 21 de Março de 2012



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- NOTAS EXPLICATIVAS

(Páginas 4 a 102)

Finibanco, S.A.

Demonstração dos Resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	2011	2010
Juros e proveitos similares	3	42 989	141 069
Juros e encargos similares	3	25 824	68 331
Margem financeira		17 165	72 738
Rendimentos de instrumentos de capital	4	-	63
Rendimentos de serviços e comissões	5	5 465	24 694
Encargos com serviços e comissões	5	(957)	(5 134)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	6	883	3 101
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	207	611
Resultados de reavaliação cambial	8	(46)	635
Resultados de alienação de outros activos	9	(2 296)	(137)
Outros resultados de exploração	10	62 903	(1 441)
Total de proveitos operacionais		83 324	95 130
Custos com pessoal	11	13 974	57 276
Gastos gerais administrativos	12	10 117	34 063
Depreciações e amortizações	13	2 107	8 313
Total de custos operacionais		26 198	99 652
Imparidade de crédito	14	12 659	54 099
Imparidade de outros activos	15	3 171	(489)
Outras provisões	16	1 362	2 261
Resultado antes de impostos		39 934	(60 393)
Impostos			
Correntes	28	74	307
Diferidos	28	15 440	(4 868)
Resultado líquido do exercício		24 420	(55 832)

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Finibanco, SA

Balanço em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	2011	2010
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	-	119 947
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	-	30 316
Activos financeiros detidos para negociação	19	-	3 802
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	20	-	9 628
Activos financeiros disponíveis para venda	21	41 830	132 776
Aplicações em instituição de crédito	22	-	473 107
Crédito a clientes	23	145 439	2 379 495
Activos não correntes detidos para venda	24	11 899	37 448
Propriedades de investimento	25	-	18 453
Outros activos tangíveis	26	-	32 635
Activos intangíveis	27	-	2 918
Activos por impostos correntes		2	2
Activos por impostos diferidos	28	5 119	22 659
Outros activos	29	8 973	71 002
Total do Activo		213 262	3 334 188
Passivo			
Recursos de bancos centrais	30	-	310 140
Passivos financeiros detidos para negociação	19	-	12 357
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	31	-	143 185
Recursos de outras instituições de crédito	32	39 222	118 911
Recursos de clientes	33	-	2 390 155
Passivos financeiros associados a activos transferidos	34	-	141 124
Provisões	35	3 231	23 580
Outros passivos subordinados	36	-	11 031
Outros passivos	37	13 037	39 831
Total do Passivo		55 490	3 190 314
Situação líquida			
Capital	38	180 000	180 000
Outros instrumentos de capital	39	-	15 000
Reservas de justo valor	41	(66)	(7 235)
Outras reservas e resultados transitados	40 e 41	(46 582)	11 941
Resultado líquido do exercício		24 420	(55 832)
Total da situação líquida		157 772	143 874
		213 262	3 334 188

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Finibanco, S.A.

Mapa de alterações na Situação Líquida para os anos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total da situação líquida	Capital	Outros instrumentos de capital	Reserva legal	Reserva por impostos diferidos	Reservas de reavaliação legais	Outras reservas	Reservas de justo valor	Resultados transitados	Resultado líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	172.226	160.000	-	5.365	(248)	1	25.649	117	(8.951)	(9.707)
Outros movimentos registados directamente na situação líquida:										
Alterações de justo valor (nota 41)	(7.352)	-	-	-	-	-	-	(7.352)	-	-
Registo dos custos diferidos com pensões ao abrigo das NCAS	(1.991)	-	-	-	-	-	-	-	(1.991)	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 28)	2.348	-	-	-	2.348	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	(55.832)	-	-	-	-	-	-	-	-	(55.832)
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	(62.827)	-	-	-	2.348	-	-	(7.352)	(1.991)	(55.832)
Aumento de capital (nota 38)	20.000	20.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Emissão de valores mobiliários perpétuos	15.000	-	15.000	-	-	-	-	-	-	-
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(525)	-	-	-	-	-	(525)	-	-	-
Constituição de reservas										
Outras reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.707)	9.707
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	143.874	180.000	15.000	5.365	2.100	1	25.124	(7.235)	(20.649)	(55.832)
Outros movimentos registados directamente na situação líquida:										
Alterações de justo valor (nota 41)	7.169	-	-	-	-	-	-	7.169	-	-
Registo dos custos diferidos com pensões ao abrigo das NCAS	(497)	-	-	-	-	-	-	-	(497)	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 28)	(2.100)	-	-	-	(2.100)	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	24.420	-	-	-	-	-	-	-	-	24.420
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	28.992	-	-	-	(2.100)	-	-	7.169	(497)	24.420
Transferência de valores mobiliários perpétuos no âmbito da alienação de activos e passivos (nota 39)	(15.000)	-	(15.000)	-	-	-	-	-	-	-
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(525)	-	-	-	-	-	(525)	-	-	-
Outros	431	-	-	-	-	-	-	-	431	-
Constituição de reservas										
Outras reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	(55.832)	55.832
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	157.772	180.000	-	5.365	-	1	24.599	(66)	(76.547)	24.420

Finibanco, SA

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os anos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2011	2010
<i>Fluxos de caixa de actividades operacionais</i>		
Juros recebidos	56 000	140 008
Comissões recebidas	5 465	24 694
Pagamento de juros	(42 392)	(64 849)
Pagamento de comissões	(957)	(5 134)
Despesas com pessoal e fornecedores	(24 091)	(91 339)
Recuperação de crédito e juros	(730)	1 182
Outros pagamentos e recebimentos	24 395	1 332
	<u>17 690</u>	<u>5 894</u>
<i>(Aumentos) / diminuições de activos operacionais</i>		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	2 604 791	(285 712)
Outros activos	104 523	21 764
	<u>2 709 314</u>	<u>(263 948)</u>
<i>(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais</i>		
Recursos para com clientes	(2 373 702)	250 302
Recursos para com instituições de crédito	(79 574)	38 504
Recursos de bancos centrais	(310 140)	119 604
	<u>(2 763 416)</u>	<u>408 410</u>
	<u>(36 412)</u>	<u>150 356</u>
<i>Fluxos de caixa das actividades de investimento</i>		
Dividendos recebidos	63	2 325
(Compra) / venda de activos financeiros de negociação	3 802	3 514
(Compra) / venda de activos financeiros avaliados a justo valor através de resultados	10 511	3 827
(Compra) / venda de activos financeiros disponíveis para venda	96 224	(99 374)
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	75 799	679
Alienação de imobilizações	34 832	287
Aquisição de imobilizações	(1 387)	(4 048)
	<u>219 844</u>	<u>(92 790)</u>
<i>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</i>		
Aumento de capital	-	20 000
Emissão de obrigações de caixa e títulos subordinados	-	-
Reembolso de obrigações de caixa e títulos subordinados	(1 000)	(1 000)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	(332 695)	(81 162)
	<u>(333 695)</u>	<u>(62 162)</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes	(150 263)	(4 596)
Caixa e equivalentes no início do período		
Caixa (nota 17)	119 947	116 995
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 18)	30 316	37 864
Caixa e equivalentes no fim do exercício	<u>-</u>	<u>150 263</u>

Finibanco, S.A.

Demonstração Individual do Rendimento Integral para os anos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	2011	2010
Outro rendimento integral do exercício:			
Reserva de justo valor			
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	41	7.169	(7.352)
Impostos diferidos	28	(2.100)	2.348
		5.069	(5.004)
Registo dos custos diferidos com pensões ao abrigo das NCA's		(497)	(1.991)
Total de outro rendimento integral do exercício depois de impostos		4.572	(6.995)
Resultado líquido do exercício		24.420	(55.832)
Total de rendimento integral do exercício		28.992	(62.827)

Finibanco, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2011

1 Políticas contabilísticas

1.1 Bases de apresentação

O Finibanco, S.A. (“Finibanco”) é uma sociedade anónima de capitais privados, com sede social no Porto, constituída por escritura pública outorgada em 28 de Junho de 2001 no Cartório Notarial de Vale de Cambra, actualmente com o capital social de Euros 180.000.000 representada por 180.000.000 acções nominativas, tituladas, e cujo objecto social é a realização de todas as operações permitidas aos bancos.

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, accionista único da Caixa Económica Montepio Geral (“CEMG”), procedeu à aquisição de 100% do capital da Finibanco-Holding, SGPS S.A. accionista único do Finibanco, através de uma Oferta Pública de Aquisição no montante de Euros 341.250.000.

Em 31 de Março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida na Finibanco-Holding, SGPS S.A. à CEMG. No âmbito da alteração da estrutura do Grupo decorrente desta aquisição, em 4 de Abril de 2011, o Finibanco alienou à CEMG um conjunto de activos e passivos (excluindo os imóveis propriedade do Finibanco, S.A. e adquiridos por este em resultado de aquisições em reembolso de crédito próprio e os contratos de locação financeira (mobiliária e imobiliária) em que o Finibanco, S.A. é locador financeiro, bem como todos os passivos e provisões associadas, e os elementos do activo imobilizado que suportam materialmente a actividade de locação financeira). Desta forma, as demonstrações financeiras do Finibanco com referência a 31 de Dezembro de 2011 reflectem o impacto desta alienação, pelo que este facto deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras do Finibanco são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n.º 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal (“NCA's”). As NCA's incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) e pelos respectivos órgãos antecessores com excepção dos aspectos já referidos definidos nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal: i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manterá o actual regime, ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS. As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Finibanco em 8 de Março de 2012. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondadas ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respectiva versão vigente.

O Finibanco adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2011.

As demonstrações financeiras do Finibanco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as NCA's emitidas pelo Banco de Portugal e em vigor nessa data.

Em 2011, o Finibanco adoptou a IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros e o "Annual Improvement Project" emitido em Maio de 2010. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2011, tiveram impacto ao nível da divulgação de informação adicional sobre os activos e passivos do Finibanco.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros activos financeiros e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda ("disposal groups") são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos activos do fundo.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios das demonstrações financeiras agora apresentadas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA's requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na nota 1 r).

a) Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Finibanco para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Finibanco expiram; ou (ii) o Finibanco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

Conforme referido na nota 1 a), o Finibanco aplica nas suas contas individuais as NCA's pelo que, de acordo com o definido nos n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pelo Finibanco nos exercícios anteriores, como segue:

Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pelo Finibanco tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95 de 30 de Junho, n.º 7/00 de 27 de Outubro e n.º 8/03 de 30 de Janeiro.

Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho, Aviso n.º 2/99 de 15 de Janeiro e Aviso n.º 8/03 de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal.

Provisão para risco país

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

Anulação contabilística de créditos (“write-offs”)

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

b) Instrumentos financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

1) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Finibanco, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados numa outra categoria de activos financeiros.

Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

2) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de Operações Financeiras no momento em que ocorrem.

ii) Transferências entre categorias

O Finibanco apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

As transferências para a (i) categoria de activos financeiros detidos até à maturidade só podem ser efectuadas desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade e para a (ii) categoria de crédito a clientes desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros num futuro previsível e os mesmos não sejam transaccionáveis num mercado activo.

Não foram efectuadas transferências entre carteiras no exercício de 2010 e de 2011.

(iii) Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser medido de forma fiável ou com base numa queda acentuada ou prolongada do justo valor do activo financeiro, abaixo do custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A reversão das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda é registada por contrapartida de reservas de justo valor quando se revertem.

c) Desreconhecimento

O Finibanco desreconhece activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou o Finibanco não mantém controlo dos mesmos.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

- Os SPE estão, em substância, a ser conduzidas a favor do Finibanco, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Finibanco obtenha benefícios do funcionamento do SPE;
- O Finibanco tem os poderes de tomada de decisão para obter a maioria dos benefícios das actividades do SPE, ou, ao estabelecer mecanismos de "auto-pilot", a entidade delegou estes poderes de tomada de decisão;
- O Finibanco tem direitos para obter a maioria dos benefícios do SPE, estando consequentemente exposto aos riscos inerentes às actividades do SPE;
- O Finibanco retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos ao SPE ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

O Finibanco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

d) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

e) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

No decurso da sua actividade corrente de concessão de crédito, o Finibanco incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Finibanco procede à execução das mesmas recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”) os bancos estão impedidos de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento (n.º 1 do artigo 112.º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de créditos devendo alienar os mesmos num prazo de 2 anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art. 114.º do RGICSF).

O Finibanco tem como objectivo a venda dos imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como activos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação. Subsequentemente, estes activos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos, assim determinadas, são registadas em resultados.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pelo Finibanco.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados.

f) Locação financeira

O Finibanco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

- Como locatário

Os pagamentos efectuados pelo Finibanco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos exercícios a que dizem respeito.

- Como locador

Os activos detidos sob locação operacional são registados no balanço de acordo com a natureza do activo.

Os proveitos decorrentes das rendas facturadas aos clientes de locação operacional são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato.

Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na obtenção do proveito de locação são reconhecidos numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato na demonstração dos resultados. Os custos directos iniciais incorridos pelos locadores ao negociar e aceitar uma locação operacional devem ser adicionados à quantia escriturada do activo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação na mesma base do proveito da locação.

A política de depreciação para activos locados depreciáveis é consistente com a política de depreciação normal do locador para activos semelhantes, conforme nota l.j).

O Finibanco procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Locação financeira

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

g) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Finibanco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

h) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- Quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- Quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

i) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura e Resultados de activos financeiros disponíveis para venda)

O Resultado de operações financeiras reflecte os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui igualmente, mais ou menos-valias das alienações de activos financeiros disponíveis para venda. As variações de justo valor dos derivados afetos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

j) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Finibanco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Finibanco procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o maior entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Outras imobilizações	4 a 10

Sempre que exista uma indicação de que um activo fixo tangível possa ter imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse activo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido de custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de activos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

k) Activos intangíveis

Software

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Finibanco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente nos 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Finibanco, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Outros activos intangíveis

O valor recuperável dos activos intangíveis sem vida útil finita registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

l) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

m) Offsetting

Os activos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Finibanco tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

n) Benefícios a empregados

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o Sector Bancário, o Finibanco assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Para cobertura destas responsabilidades, o Finibanco dispõe de um Fundo de Pensões autónomo gerido por entidade independente, para os quais são realizadas contribuições anuais.

A partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passará a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto – Lei n.º 1-A /2011, de 3 de Janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que é extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei n.º 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de Dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos actuais reformados e pensionistas.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondem às pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de actualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho (“IRCT”) dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, a benefícios complementares à pensão a assumir pela Segurança Social, às contribuições para o SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuam a cargo das Instituições com o financiamento a ser assegurado através dos respectivos fundos de pensões. O referido Decreto-Lei estabelece igualmente os termos e condições em que foi efectuada a transferência definindo uma taxa de desconto de 4% para determinação das responsabilidades a transferir.

No âmbito da alienação de activos e passivos à CEMG foram transferidas a totalidade das responsabilidades e activos do Fundo associados a benefícios a colaboradores, que passaram para a esfera da CEMG, deixando nesta data o Finibanco de ter igualmente colaboradores.

O Finibanco procedia à avaliação das responsabilidades por serviços passados dos seus trabalhadores, tendo em consideração a posição que assumiu no momento de adesão ao ACTV, na qual prevê que a sua responsabilidade é determinada apenas a partir da data de admissão no Finibanco e não na data de admissão dos seus trabalhadores no sector bancário.

Na data de transição para as NCA's, o Finibanco adoptou a possibilidade permitida pela IFRS 1 de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos.

O cálculo actuarial era efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19. De acordo com o disposto no n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal, foi definido um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de Janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 analisado como segue:

Rubricas	Período de diferimento
Responsabilidades com benefícios de saúde	10 anos
Abatimento de perdas actuariais diferidas, corredor e decrementos de invalidez	8 anos
Aumento de responsabilidades	8 anos

No âmbito do Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2008 relativamente às rubricas indicadas no quadro anterior, foi autorizado uma duração adicional de três anos face ao período de diferimento inicialmente previsto.

O Finibanco procedia ao diferimento dos desvios actuariais determinados de acordo com o método do corredor. De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor actual das obrigações definidas e o justo valor dos activos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo valor correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no activo.

Os custos de serviço corrente e o custo dos juros resultante do "unwinding" dos passivos do plano deduzidos do retorno esperado dos activos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida do Finibanco relativa ao plano de pensões de benefício definido era calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os custos resultantes de reformas antecipadas e os respectivos ganhos e perdas actuariais são registados por contrapartida de resultados no exercício em que as reformas antecipadas são aprovadas e comunicadas.

Os pagamentos aos fundos são efectuados anualmente pelo Finibanco de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do Plano Complementar. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Outros benefícios

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Finibanco a assistência médica pelo Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS, entidade autónoma que é gerida pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Finibanco, a verba correspondente a 6,50% do total das remunerações efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Finibanco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

O Finibanco tinha ainda outras responsabilidades por benefícios aos trabalhadores, incluindo responsabilidades com Subsídio por morte e Prémio de Antiguidade.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões.

o) Impostos sobre lucros

O Finibanco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“CIRC”). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Finibanco procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

p) Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitas a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Finibanco que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

q) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Finibanco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

r) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Finibanco são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Finibanco e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Finibanco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Finibanco e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Finibanco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Finibanco avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Finibanco.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPEs)

O Finibanco patrocina a constituição de SPEs com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos por motivos de liquidez e/ou de gestão de capital.

As operações Aqua SME No. 1 e Aqua Mortgage No. 1 não deram lugar a desreconhecimento nas demonstrações financeiras do Finibanco.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Finibanco durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

2 Margem financeira e resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira, dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação e de cobertura e em activos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e de cobertura e em activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Margem financeira	17 165	72 738
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda	1 090	3 712
	<u>18 255</u>	<u>76 450</u>

3 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2011			2010		
	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para a venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para a venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000
Juros e rendimentos similares:						
Juros de crédito	34 966	-	34 966	108 148	-	108 148
Juros de outras aplicações	3 129	-	3 129	10 268	-	10 268
Juros de depósitos	112	-	112	433	-	433
Juros de títulos disponíveis para venda	1 493	-	1 493	9 767	-	9 767
Juros de investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Juros de derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	542	173	715	1 886	700	2 586
Outros juros e rendimentos similares	2 574	-	2 574	9 867	-	9 867
	<u>42 816</u>	<u>173</u>	<u>42 989</u>	<u>140 369</u>	<u>700</u>	<u>141 069</u>
Juros e encargos similares:						
Juros de depósitos	18 052	-	18 052	60 305	-	60 305
Juros de títulos emitidos	403	-	403	1 150	-	1 150
Juros de empréstimos	6 569	-	6 569	3 771	-	3 771
Juros de outros recursos	-	-	-	-	-	-
Juros de derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	771	-	771	2 987	-	2 987
Outros juros e encargos similares	29	-	29	118	-	118
	<u>25 824</u>	<u>-</u>	<u>25 824</u>	<u>68 331</u>	<u>-</u>	<u>68 331</u>
Margem Financeira	<u>16 992</u>	<u>173</u>	<u>17 165</u>	<u>72 038</u>	<u>700</u>	<u>72 738</u>

4 Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Dividendos de activos financeiros disponíveis para venda	-	63

5 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Rendimentos de serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados	792	3 396
Por operações realizadas por conta de terceiros	111	764
Por garantias prestadas	500	1 990
Outros rendimentos de serviços e comissões	4 062	18 544
	<u>5 465</u>	<u>24 694</u>
Encargos com serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados por terceiros	(740)	(3 013)
Por operações realizadas com títulos	(25)	(159)
Outros encargos com serviços e comissões	(192)	(1 962)
	<u>(957)</u>	<u>(5 134)</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u><u>4 508</u></u>	<u><u>19 560</u></u>

6 Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2011			2010		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Activos e passivos financeiros detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento variável	-	72	(72)	104	240	(136)
De outros emissores						
Acções	19	40	(21)	4 378	3 918	460
	<u>19</u>	<u>112</u>	<u>(93)</u>	<u>4 482</u>	<u>4 158</u>	<u>324</u>
Instrumentos financeiros						
Contratos sobre taxas de câmbio	211	173	38	1 378	1 235	143
Contratos sobre taxas de juro	518	7 030	(6 512)	12 136	5 537	6 599
Contratos sobre cotações	573	40	533	27 117	22 808	4 309
Outros	-	2	(2)	-	582	(582)
	<u>1 302</u>	<u>7 245</u>	<u>(5 943)</u>	<u>40 631</u>	<u>30 162</u>	<u>10 469</u>
	<u>1 321</u>	<u>7 357</u>	<u>(6 036)</u>	<u>45 113</u>	<u>34 320</u>	<u>10 793</u>
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	111	63	48	836	1 562	(726)
	<u>111</u>	<u>63</u>	<u>48</u>	<u>836</u>	<u>1 562</u>	<u>(726)</u>
Passivos financeiros						
Outros passivos subordinados	7 143	272	6 871	4 408	11 374	(6 966)
	<u>7 143</u>	<u>272</u>	<u>6 871</u>	<u>4 408</u>	<u>11 374</u>	<u>(6 966)</u>
	<u>8 575</u>	<u>7 692</u>	<u>883</u>	<u>50 357</u>	<u>47 256</u>	<u>3 101</u>

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pelo Finibanco, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transacção do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transacção, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

O Finibanco reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflecte o acesso do Finibanco ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

7 Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	2011			2010		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	390	183	207	701	214	487
De outros emissores	-	-	-	284	160	124
	<u>390</u>	<u>183</u>	<u>207</u>	<u>985</u>	<u>374</u>	<u>611</u>

8 Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	2011			2010		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Reavaliação cambial	<u>23 409</u>	<u>23 455</u>	<u>(46)</u>	<u>108 242</u>	<u>107 607</u>	<u>635</u>

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a nota 1.d).

9 Resultados de alienação de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	2011			2010		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Activos não financeiros						
Activos não correntes detidos para venda	1 927	4 225	(2 298)	21	170	(149)
Outros activos tangíveis	2	-	2	165	153	12
	<u>1 929</u>	<u>4 225</u>	<u>(2 296)</u>	<u>186</u>	<u>323</u>	<u>(137)</u>

10 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços	927	4 156
Reembolso de despesas	482	2 377
Outros	73 826	3 834
	<u>75 235</u>	<u>10 367</u>
Outros custos de exploração:		
Impostos	1 004	367
Donativos e Quotizações	61	182
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	129	569
Contribuições para o Sistema de Indemnização aos Investidores	671	-
Outros	10 467	10 690
	<u>12 332</u>	<u>11 808</u>
Outros resultados líquidos de exploração	<u><u>62 903</u></u>	<u><u>(1 441)</u></u>

A rubrica Outros proveitos de exploração – Outros, em 31 de Dezembro de 2011, inclui o montante de Euros 72.198.000 referente à alienação de um conjunto de activos e passivos do Finibanco, S.A. à Caixa Económica Montepio Geral.

11 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Remunerações	10 152	42 847
Contribuições para o SAMS	572	2 250
Encargos sociais obrigatórios	2 723	7 464
Outros encargos com fundo de pensões	495	4 236
Outros custos	32	479
	<u>13 974</u>	<u>57 276</u>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Finibanco, durante o exercício de 2011, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	182	695	877
Remunerações variáveis	-	5	5
	<u>182</u>	<u>700</u>	<u>882</u>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Finibanco, durante o exercício de 2010, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 353	2 275	3 628
Remunerações variáveis	300	129	429
	<u>1 653</u>	<u>2 404</u>	<u>4 057</u>

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Directores de primeira linha do Finibanco.

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor do crédito concedido pelo Finibanco ao pessoal chave da gestão ascendia a Euros 1.527.000.

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço do Finibanco durante os exercícios de 2011 e 2010, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2011	2010
Direcção e coordenação	-	97
Chefia e gerência	-	297
Técnicos	-	406
Administrativos	-	466
Auxiliares	-	16
	<u>-</u>	<u>1 282</u>

Decorrente da alienação de um conjunto de activos e passivos do Finibanco, S.A., à Caixa Económica Montepio Geral, os custos com o pessoal correspondem apenas ao primeiro trimestre de 2011, porque com a referida alienação o Finibanco, S.A. ficou sem colaboradores.

12 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euro '000	2010 Euro '000
Rendas e alugueres	2 323	9 011
Serviços especializados		
Informática	1 017	3 493
Trabalho independente	1 350	3 441
Outros serviços especializados	1 482	3 813
Publicidade e publicações	806	2 742
Comunicações e expedição	902	3 398
Água, energia e combustíveis	551	1 681
Conservação e reparação	193	845
Transportes	270	244
Seguros	106	545
Deslocações, estadias e despesas de representação	145	883
Material de consumo corrente	235	878
Formação	6	212
Outros gastos administrativos	731	2 877
	<u>10 117</u>	<u>34 063</u>

A rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de Euros 1.409.000 (2010: Euros 5.637.000) correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pelo Finibanco na condição de locatário.

13 Depreciações e amortizações

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Activos Intangíveis:		
Software	295	1 100
Outros activos tangíveis:		
Imóveis	674	2 671
Equipamento:		
Mobiliário e material	122	496
Máquinas e ferramentas	26	114
Equipamento Informático	469	2 166
Instalações interiores	91	369
Equipamento de transporte	92	508
Equipamento de segurança	90	364
Outros activos tangíveis	48	198
	1 612	6 886
Propriedades de investimento:		
Imóveis	200	327
	2 107	8 313

14 Imparidade de crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imparidade de crédito:		
Dotação do Exercício	17 305	74 592
Reversão do Exercício	(3 917)	(19 311)
Recuperação de crédito e de juros	(729)	(1 182)
	12 659	54 099

15 Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imparidade para activos não correntes detidos para venda:		
Dotação do Exercício	15 311	-
Reversão do Exercício	(11 681)	-
	<u>3 630</u>	<u>-</u>
Imparidade para propriedades de investimento:		
Dotação do Exercício	6 174	64
Reversão do Exercício	(6 633)	(145)
	<u>(459)</u>	<u>(81)</u>
Imparidade para outros activos:		
Dotação do Exercício	-	6 000
Reversão do Exercício	-	(6 408)
	<u>-</u>	<u>(408)</u>
	<u>3 171</u>	<u>(489)</u>

A rubrica reversão do exercício para activos não correntes detidos para venda e propriedades de investimento, inclui o efeito da venda de imóveis registados na carteira de activos não correntes detidos para venda e nas propriedades de investimento, conforme descrito nas notas 24 e 25.

16 Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos:		
Dotação do Exercício	586	3 975
Reversão do Exercício	(1 124)	(2 677)
	<u>(538)</u>	<u>1 298</u>
Provisões para outros riscos diversos:		
Dotação do Exercício	1 900	963
Reversão do Exercício	-	-
	<u>1 900</u>	<u>963</u>
	<u>1 362</u>	<u>2 261</u>

17 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011	2010
	Euros '000	Euros '000
Caixa	-	44 148
Banco de Portugal	-	75 799
	<u>-</u>	<u>119 947</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm como objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

No decurso de 2011, e conforme referido na nota 1 a), um conjunto de activos e passivos foram adquiridos pela Caixa Económica Montepio Geral.

18 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011	2010
	Euros '000	Euros '000
Em instituições de crédito no país	-	73
Em instituições de crédito no estrangeiro	-	4 693
Valores a cobrar	-	25 550
	<u>-</u>	<u>30 316</u>

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

No decurso de 2011, e conforme referido na nota 1 a), um conjunto de activos e passivos foram adquiridos pela Caixa Económica Montepio Geral.

19 Activos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica Activos e Passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	2011	2010
	Euros '000	Euros '000
Activos financeiros detidos para negociação:		
Títulos		
Acções	-	428
Obrigações	-	125
Unidades de participação	-	326
	<u>-</u>	<u>879</u>
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	-	2 923
	<u>-</u>	<u>3 802</u>
Passivos financeiros detidos para negociação:		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	-	12 357

No decurso de 2011, e conforme referido na nota 1 a), um conjunto de activos e passivos foram adquiridos pela Caixa Económica Montepio Geral.

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor, de acordo com a nota 1b). Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Conforme disposto na IFRS 7, os activos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.
- Nível 2: Instrumentos financeiros, valorizados de acordo com metodologias de valorização internos considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros, valorizados de acordo com metodologias de valorização internos considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers* e com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados nos níveis 1 e 2.

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2010 é apresentada como segue:

	2010				
	Inferior a 3 meses Euros '000	Entre 3 meses e 1 ano Euros '000	Superior a 1 ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	-	-	-	378	378
Estrangeiros	-	-	-	50	50
Unidades de participação	-	-	-	326	326
	-	-	-	754	754
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações					
De outros emissores	-	-	125	-	125
	-	-	125	754	879
Cotados	-	-	125	754	879

20 Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica, em 31 de Dezembro de 2010, no montante de Euros 9.628.000, é totalmente composto por obrigações.

21 Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011				
	Custos	Reserva de justo valor		Perdas por	Valor de
	Euros '000	Positiva	Negativa	imparidade	balanço
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Títulos de rendimento variável:					
Unidades de participação	41 896	-	(66)	-	41 830

No decurso de 2011, e conforme referido na nota 1 a), um conjunto de activos e passivos foram adquiridos pela Caixa Económica Montepio Geral.

	2010				
	Reserva de justo valor			Perdas por imparidade	Valor de balanço
	Custo ⁽¹⁾ Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000		
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	75 184	27	(4 421)	-	70 790
Estrangeiros	44 044	264	(2 761)	-	41 547
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	13 191	-	-	-	13 191
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	2 810	-	-	(691)	2 119
Estrangeiros	8	-	-	-	8
Unidades de participação	5 465	52	(396)	-	5 121
	<u>140 702</u>	<u>343</u>	<u>(7 578)</u>	<u>(691)</u>	<u>132 776</u>

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na nota 1b), a carteira de activos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado, sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor conforme nota 41. O Finibanco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda, seguindo os critérios de julgamento descritos na nota 1r).

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de unidades de participação inclui 4.717.469 unidades de participação no CA Imobiliário – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto (FEII), de acordo com a nota 50.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imparidade para títulos:		
Saldo em 1 de Janeiro	691	691
Transferência	(691)	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>-</u>	<u>691</u>

A rubrica Transferência corresponde aos valores transferidos para a Caixa Económica Montepio Geral, no âmbito da alienação de activos e passivos, ocorrida em 4 de Abril de 2011.

Conforme descrito na nota 1b), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida do total da reserva de justo valor e de imparidade. O total da reserva de justo valor para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é negativo e ascende a Euros 66.000 (em 2010 era de Euros 7.235.000) e a imparidade ascende a Euros 691.000 em 31 de Dezembro de 2010.

O Finibanco reconhece imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta avaliação implica julgamento, no qual o Finibanco tem em consideração entre outros factores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, os seguintes factores foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade:

- Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses;
- Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2011, é a seguinte:

	Inferior a três meses Euros '000	Entre 3 meses e 1 ano Euros '000	Superior a 1 ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento variável:					
Unidades de participação	-	-	-	41 830	41 830

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2010, é a seguinte:

	2010				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre 3 meses e 1 ano Euros '000	Superior a 1 ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	10 955	6 505	53 330	-	70 790
Estrangeiros	-	-	41 547	-	41 547
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	-	-	-	13 191	13 191
	10 955	6 505	94 877	13 191	125 528
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	-	-	-	2 119	2 119
Estrangeiras	-	-	-	8	8
Unidades de participação	-	-	-	5 121	5 121
	-	-	-	7 248	7 248
	10 955	6 505	94 877	20 439	132 776

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	2011			2010		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	-	-	-	70 791	-	70 791
Estrangeiros	-	-	-	41 547	-	41 547
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	-	-	-	-	13 191	13 191
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	-	-	-	-	2 119	2 119
Estrangeiros	-	-	-	-	8	8
Unidades de participação	41 830	-	41 830	5 120	-	5 120
	<u>41 830</u>	<u>-</u>	<u>41 830</u>	<u>117 458</u>	<u>15 318</u>	<u>132 776</u>

22 Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011	2010
	Euros '000	Euros '000
Aplicações sobre instituições de crédito no país:		
Aplicações de muito curto prazo	-	181 829
Empréstimos	-	270 611
	<u>-</u>	<u>452 440</u>
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro:		
Outras aplicações	-	20 667
	<u>-</u>	<u>473 107</u>

No decurso de 2011, e conforme referido na nota 1 a), um conjunto de activos e passivos foram adquiridos pela Caixa Económica Montepio Geral.

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Dezembro de 2010, vencem juros à taxa média anual de 1,95%.

Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde o Finibanco opera.

A análise da rubrica Aplicações em instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2011	2010
	Euros '000	Euros '000
Até 3 meses	-	423 887
3 meses a 6 meses	-	49 220
	<u>-</u>	<u>473 107</u>

23 Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011	2010
	Euros '000	Euros '000
Crédito interno:		
A empresas:		
Empréstimo	-	607 279
Créditos em conta corrente	-	495 909
Locação financeira	116 239	128 914
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	-	127 983
Factoring	-	15 570
Descobertos em depósitos à ordem	-	44 699
Outros créditos	-	1 723
A particulares:		
Habitação	-	86 359
Locação financeira	29 792	29 980
Consumo e outros créditos	-	288 842
	<u>146 031</u>	<u>1 827 258</u>
Crédito ao exterior:		
A empresas:		
Empréstimo	-	216
Créditos em conta corrente	-	1 638
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	-	15
A particulares:		
Habitação	-	1 984
Consumo e outros créditos	-	13 101
	<u>-</u>	<u>16 954</u>
Créditos titulados	<u>-</u>	<u>538 631</u>
Crédito e juros vencidos:		
Menos de 90 dias	1 079	8 104
Mais de 90 dias	8 122	106 604
	<u>9 201</u>	<u>114 708</u>
	155 232	2 497 551
Imparidade para riscos de crédito	(9 793)	(118 056)
	<u>145 439</u>	<u>2 379 495</u>

No decurso de 2011, e conforme referido na nota 1 a), um conjunto de activos e passivos foram adquiridos pela Caixa Económica Montepio Geral.

A partir de 2009, na sequência da Carta-Circular n.º 15/2009, de 28 de Janeiro do Banco de Portugal, o Finibanco passou a abater ao activo apenas os créditos vencidos provisionados a 100% que, após uma análise económica sejam considerados incobráveis por se concluir que não existem perspectivas da sua recuperação.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, é a seguinte:

	Crédito a clientes			
	Até 1 ano	De 1 a 5	A mais de	Total
	Euros '000	anos	5 anos	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Crédito em Locação	-	10 495	135 536	155 232

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, é a seguinte:

	Crédito a clientes			
	Até 1 ano	De 1 a 5	A mais de	Total
	Euros '000	anos	5 anos	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Crédito com garantias reais	60 093	290 494	631 490	1 005 657
Crédito com outras garantias	134 593	276 166	208 602	667 563
Crédito sem garantias	308 527	157 873	133 951	636 057
Crédito ao sector público	50	520	8	578
Crédito sobre o estrangeiro	1 056	9 064	11 462	21 761
Crédito em Locação	21 099	61 407	76 388	165 935
	525 418	795 524	1 061 901	2 497 551

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2011, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação		
	Até 1 ano	De 1 a 5	A mais de
	Euros '000	anos	5 anos
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Rendas vincendas	1 579	33 992	131 785
Juros Vincendos	(42)	(3 382)	(36 949)
Valores residuais	840	3 475	14 733
	2 377	34 085	109 569

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2010, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano	De 1 a 5	A mais de	Total
	Euros '000	anos	5 anos	Euros '000
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Rendas vincendas	1 950	32 206	146 512	180 668
Juros Vincendos	(64)	(2 575)	(39 164)	(41 803)
Valores residuais	1 039	3 438	15 552	20 029
	<u>2 925</u>	<u>33 069</u>	<u>122 900</u>	<u>158 894</u>

A análise do Crédito e juros vencidos por tipo de crédito, é a seguinte:

	2011	2010
	Euros '000	Euros '000
Crédito com garantias reais	-	23 580
Crédito com outras garantias	-	48 202
Crédito sem garantias	-	35 706
Crédito sobre o estrangeiro	-	179
Crédito em Locação	9 201	7 041
	<u>9 201</u>	<u>114 708</u>

Os movimentos de imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	2011	2010
	Euros '000	Euros '000
Imparidade para riscos de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	118 056	45 975
Dotação do exercício	17 305	74 592
Reversão do exercício	(3 917)	(19 311)
Transferências	(121 651)	17 113
Utilização de imparidade	-	(313)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>9 793</u>	<u>118 056</u>

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos para a Caixa Económica Montepio Geral no âmbito da alienação de activos e passivos, ocorrida, em 4 de Abril de 2011.

Adicionalmente, o Finibanco tem em 31 de Dezembro de 2011, Euros 3.231.000 de provisões para riscos gerais de crédito (2010: Euros 23.580.000), as quais de acordo com as NCA's são apresentadas no passivo, conforme referido na nota 35.

Se o valor de uma perda de imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objectivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

Em conformidade com a política do Finibanco, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

O quadro seguinte apresenta por classes de incumprimento, a desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2011:

	Classes de Incumprimento					Total Euros '000
	Até 3 meses	3 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 3 anos	Mais de 3 anos	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	
Crédito Vencido com Garantia	252	75	422	1 323	1 194	3 266
Imparidade existente	2	12	150	1 131	1 179	2 474
Crédito Vencido sem Garantia	973	244	606	2 344	1 768	5 935
Imparidade existente	8	60	391	2 336	1 767	4 562
Total de crédito vencido	1 225	319	1 028	3 667	2 962	9 201
Total de imparidade para crédito vencido	10	72	541	3 467	2 946	7 036
Total de imparidade por crédito vincendo associado ao vencido e outros	1	13	382	2 339	22	2 757
Total de imparidades para risco de crédito	11	85	923	5 806	2 968	9 793

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Crédito com garantias reais	2 683	22 611
Crédito com outras garantias	-	33 544
Crédito sem garantias	7 110	61 901
	<u>9 793</u>	<u>118 056</u>

Em conformidade com a nota 1.a), a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas fiáveis de recuperação dos créditos e para os créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Crédito com garantias reais	-	9
Crédito sem garantias	-	304
	<u>-</u>	<u>313</u>

A análise da recuperação de créditos e juros, efectuada no decorrer do período entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2011 e durante o exercício de 2010, ascendeu ao montante de Euros 729.000 e Euros 1.182.000, respectivamente, relacionada com a recuperação de crédito com garantias reais, conforme mencionado na nota 14.

O Finibanco utiliza colaterais físicos e colaterais financeiros como instrumentos de mitigação do risco de crédito. Os colaterais físicos correspondem maioritariamente a hipotecas sobre imóveis residenciais no âmbito de operações de crédito à habitação e hipotecas sobre outros tipos de imóveis no âmbito de outros tipos de operações de crédito. De forma a reflectir o valor de mercado dos mesmos, estes colaterais são revistos regularmente com base em avaliações efectuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de reavaliação que reflectem a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e a área geográfica respectiva. Os colaterais financeiros são reavaliados com base nos valores de mercado dos respectivos activos, quando disponíveis, sendo aplicados determinados coeficientes de desvalorização de forma a reflectir a sua volatilidade.

24 Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imóveis e outros activos resultantes da resolução		
de contratos de crédito sobre clientes	20 282	37 417
Equipamento	753	25
Outros	-	6
	<u>21 035</u>	<u>37 448</u>
Imparidade para activos não correntes detidos para venda	(9 136)	-
	<u>11 899</u>	<u>37 448</u>

Os activos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a nota 1e).

A rubrica Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome do Finibanco; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora (dação prosolvendo).

Em Novembro e Dezembro de 2011, o Finibanco procedeu à alienação de um conjunto de imóveis classificados como Activos não correntes detidos para venda, aos Fundos de Investimento Imobiliário, CA Imobiliário – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto (“FEII”) e Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (“FIIAH”).

Esta operação gerou uma menos-valia de Euros 2.301.000 e uma reversão de imparidade associada a estes imóveis de Euros 10.534.000. De referir que para estas operações, os preços de transacção foram determinados através de duas avaliações para cada imóvel, realizadas por avaliadores independentes credenciados pela CMVM. Para cada imóvel foi atribuído o valor mais baixo das duas avaliações ou a média das duas.

De acordo com a expectativa do Finibanco, pretende-se que os referidos activos estejam disponíveis para venda num prazo inferior a 2 anos, existindo uma estratégia para a sua alienação. A referida rubrica

inclui imóveis para os quais foram já celebrados contratos de promessa de compra e venda no montante de Euros 1.562.000 (2010: Euros 1.084.000).

Os movimentos da imparidade para activos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

	2011	2010
	Euros '000	Euros '000
Imparidade para activos não correntes detidos para venda:		
Saldo em 1 de Janeiro	-	-
Dotação do exercício	15 311	-
Reversão do exercício	(11 681)	-
Utilização	(155)	-
Transferencias	5 661	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>9 136</u>	<u>-</u>

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos para a Caixa Económica Montepio Geral no âmbito da alienação de activos e passivos, ocorrida em 4 de Abril de 2011.

Os movimentos dos activos não correntes detidos para venda no exercício de 2011, são analisados como segue:

	2011	2010
	Euros '000	Euros '000
Activos não correntes detidos para venda:		
Saldo em 1 de Janeiro	37 448	31 684
Aquisições	14 341	21 016
Alienações	(40 674)	(15 020)
Transferências	9 920	(232)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>21 035</u>	<u>37 448</u>

25 Propriedades de investimento

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	-	20 800
Imparidade para propriedades de investimento	-	(514)
Amortizações	-	(1 833)
	<u>-</u>	<u>18 453</u>

Em Dezembro de 2011, o Finibanco procedeu à alienação de um conjunto de imóveis classificados como Propriedades de investimento, ao Fundo de Investimento Imobiliário, Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (“FIIAH”).

Estas operações geraram uma menos-valia de Euros 809.000 e uma reversão de imparidade associada a estes imóveis de Euros 6.256.000. De referir que para estas operações, os preços de transacção foram determinados através de duas avaliações para cada imóvel, realizadas por avaliadores independentes credenciados pela CMVM. Para cada imóvel foi atribuído o valor mais baixo das duas avaliações ou a média das duas.

Os movimentos de imparidade para propriedades de investimento são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imparidade para propriedades de investimento:		
Saldo em 1 de Janeiro	514	595
Dotação do exercício	6 174	64
Reversão do exercício	(6 633)	(145)
Transferencias	(55)	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>-</u>	<u>514</u>

Os movimentos das propriedades de investimento no exercício de 2011, são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Propriedades de investimento:		
Saldo em 1 de Janeiro	18 453	18 403
Aquisições	25	2 397
Alienações	(15 074)	-
Amortizações acumuladas	-	(1 506)
Amortizações do exercício	(200)	(327)
Imparidade	459	(514)
Transferências	(3 663)	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>-</u>	<u>18 453</u>

26 Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Custos:		
Imóveis:		
De serviço próprio	-	15 549
Obras em imóveis arrendados	-	30 175
Imobilizado em curso		477
Equipamento:		
Mobiliário e material	81	7 911
Máquinas e ferramentas	23	1 227
Equipamento informático	264	19 061
Instalações interiores	155	5 519
Equipamento de Transporte	-	3 629
Equipamento de segurança	1	4 173
Património artístico	-	1 609
Activos em locação financeira	38	804
Outras imobilizações corpóreas	214	2 127
	<u>776</u>	<u>92 261</u>
Depreciações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(1 612)	(6 886)
Relativas a exercícios anteriores	836	(52 740)
	<u>(776)</u>	<u>(59 626)</u>
	<u>-</u>	<u>32 635</u>

No decurso de 2011, e conforme referido na nota 1 a), um conjunto de activos e passivos foram adquiridos pela Caixa Económica Montepio Geral.

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o exercício de 2011, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Imóveis:					
De serviço próprio	15 549	-	(15 549)	-	-
Obras em imóveis arrendados	30 175	-	(30 175)	-	-
Imobilizado em curso	477	-	(414)	(63)	-
Equipamento:					-
Mobiliário e material	7 911	60	(7 890)	-	81
Máquinas e ferramentas	1 227	-	(1 204)	-	23
Equipamento informático	19 061	367	(19 164)	-	264
Instalações interiores	5 519	1	(5 365)	-	155
Equipamento de Transporte	3 629	-	(3 629)	-	-
Equipamento de segurança	4 173	5	(4 177)	-	1
Património artístico	1 609	-	(1 609)	-	-
Activos em locação financeira	804	-	(766)	-	38
Outras imobilizações corpóreas	2 127	4	(1 917)	-	214
	<u>92 261</u>	<u>437</u>	<u>(91 859)</u>	<u>(63)</u>	<u>776</u>
Depreciações acumuladas					
Imóveis:					
De serviço próprio	5 004	160	(4 525)	(639)	-
Obras em imóveis arrendados	17 892	514	(19 045)	639	-
Equipamento:					-
Mobiliário e material	6 609	122	(6 650)	-	81
Máquinas e ferramentas	858	26	(861)	-	23
Equipamento informático	17 468	469	(17 673)	-	264
Instalações interiores	3 954	91	(3 890)	-	155
Equipamento de Transporte	3 228	92	(3 320)	-	-
Equipamento de segurança	2 377	90	(2 466)	-	1
Activos em locação financeira	805	-	(767)	-	38
Outras imobilizações corpóreas	1 431	48	(1 265)	-	214
	<u>59 626</u>	<u>1 612</u>	<u>(60 462)</u>	<u>-</u>	<u>776</u>

A rubrica Custos - Abates, corresponde aos activos alienados à Caixa Económica Montepio Geral no âmbito da aquisição de activos e passivos, ocorrida em 4 de Abril de 2011.

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custos:					
Imóveis:					
De serviço próprio	15 306	243	-	-	15 549
Obras em imóveis arrendados	29 506	425	-	244	30 175
Imobilizado em curso	702	45	-	(270)	477
Equipamento:					
Mobiliário e material	7 908	10	(7)	-	7 911
Máquinas e ferramentas	1 335	6	(114)	-	1 227
Equipamento informático	19 865	888	(1 692)	-	19 061
Instalações interiores	5 550	80	(111)	-	5 519
Equipamento de Transporte	4 457	14	(842)	-	3 629
Equipamento de segurança	4 136	61	(24)	-	4 173
Património artístico	1 688	-	(79)	-	1 609
Activos em locação financeira	1 133	-	(329)	-	804
Outras imobilizações corpóreas	2 114	19	(6)	-	2 127
Imobilizações em curso	-	-	-	-	-
	<u>93 700</u>	<u>1 791</u>	<u>(3 204)</u>	<u>(26)</u>	<u>92 261</u>
Depreciações acumuladas:					
Imóveis:					
De serviço próprio	4 366	638	-	-	5 004
Obras em imóveis arrendados	15 859	2 033	-	-	17 892
Equipamento:					
Mobiliário e material	6 119	496	(6)	-	6 609
Máquinas e ferramentas	858	114	(114)	-	858
Equipamento informático	16 981	2 167	(1 680)	-	17 468
Instalações interiores	3 724	369	(139)	-	3 954
Equipamento de Transporte	3 554	508	(834)	-	3 228
Equipamento de segurança	2 037	364	(24)	-	2 377
Activos em locação financeira	1 133	-	(328)	-	805
Outras imobilizações corpóreas	1 242	197	(8)	-	1 431
	<u>55 873</u>	<u>6 886</u>	<u>(3 133)</u>	<u>-</u>	<u>59 626</u>

27 Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011	2010
	Euros '000	Euros '000
Custo:		
Software	206	15 313
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	1 146
Outros activos intangíveis	-	93
	<u>206</u>	<u>16 552</u>
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(295)	(1 100)
Relativas a exercícios anteriores	89	(12 534)
	<u>(206)</u>	<u>(13 634)</u>
	<u>-</u>	<u>2 918</u>

No decurso de 2011, e conforme referido na nota 1 a), um conjunto de activos e passivos foram adquiridos pela Caixa Económica Montepio Geral.

Este activo intangível não possui vida útil finita, pelo que, conforme referido na nota 1.k), o seu valor recuperável é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os movimentos da rubrica activos intangíveis, durante o ano de 2011, são analisados como segue:

	Saldo em	Aquisições/	Abates	Transferências	Saldo em
	1 Janeiro	Dotações	Euros '000	Euros '000	31
	Euros '000	Euros '000			Dezembro
					Euros '000
Custo:					
Software	15 313	63	(15 170)	-	206
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	-	-	-	-
Activos intangíveis em curso	1 146	23	(1 169)	-	-
Outros activos intangíveis	93	-	(93)	-	-
	<u>16 552</u>	<u>86</u>	<u>(16 432)</u>	<u>-</u>	<u>206</u>
Amortizações acumuladas:					
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	-	-	-	-
Software	13 602	295	(13 691)	-	206
Outros activos intangíveis	32	-	(32)	-	-
	<u>13 634</u>	<u>295</u>	<u>(13 723)</u>	<u>-</u>	<u>206</u>

A rubrica Custos - Abates, corresponde aos activos alienados à Caixa Económica Montepio Geral no âmbito da aquisição de activos e passivos, ocorrida em 4 de Abril de 2011.

Os movimentos da rubrica activos intangíveis, durante o exercício de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Software	14 379	933	-	1	15 313
Adiantamentos por conta de imobilizações	-				
Activos intangíveis em curso	13	1 134	-	(1)	1 146
Outros activos intangíveis	93	-	-	-	93
	<u>14 485</u>	<u>2 067</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16 552</u>
Amortizações acumuladas:					
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	-	-	-	-
Software	12 502	1 100	-	-	13 602
Outros activos intangíveis	32	-	-	-	32
	<u>12 534</u>	<u>1 100</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13 634</u>

28 Impostos

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 podem ser analisados como seguem:

	Activo		Passivo		Líquido	
	2011 Euros '000	2010 Euros '000	2011 Euros '000	2010 Euros '000	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Instrumentos financeiros	-	2 107	-	(99)	-	2 008
Outros activos tangíveis	-	175	-	-	-	175
Provisões	3 266	15 290	-	-	3 266	15 290
Pensões	-	3 174	-	-	-	3 174
Imparidade imóveis parte não aceite	1 853	-	-	-	1 853	-
Prejuízos fiscais reportáveis	-	2 012	-	-	-	2 012
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	<u>5 119</u>	<u>22 758</u>	<u>-</u>	<u>(99)</u>	<u>5 119</u>	<u>22 659</u>

O Finibanco avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativa de lucros futuros tributáveis.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos em balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Saldo inicial	22 659	16 221
Reconhecido em resultados	(15 440)	4 868
Reconhecido em reservas de justo valor	(2 100)	2 348
Utilizado no RETGS	-	(778)
Saldo final (Activo / (Passivo))	5 119	22 659

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 31 de Dezembro de 2010 teve as seguintes origens:

	2011	2010	2011	2010
	Reconhecido em resultados Euros '000	Reconhecido em reservas Euros '000	Reconhecido em resultados Euros '000	Reconhecido em reservas Euros '000
Instrumentos financeiros	91	(2 100)	(154)	2 348
Crédito a clientes	-	-	179	-
Outros activos tangíveis	1 853	-	-	-
Activos intangíveis	(175)	-	-	-
Provisões	(12 024)	-	8 019	-
Fundo de pensões	(3 174)	-	83	-
Outros	-	-	(204)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(2 011)	-	(3 055)	-
Imposto Diferido	(15 440)	(2 100)	4 868	2 348
Impostos Correntes	74	-	307	-
Total do imposto reconhecido (proveito) / custo	(15 366)	-	5 175	-

O reconhecimento dos impostos diferidos líquidos, inclui os encargos de impostos diferidos do exercício reconhecidos em resultados, bem como as variações relevadas em capitais próprios, nomeadamente: (i) o impacto do reconhecimento das diferenças temporárias apuradas em exercícios anteriores, e que de acordo com a legislação aplicável serão utilizáveis em períodos posteriores; e (ii) os ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda serem reconhecidos em capitais próprios.

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, o Finibanco possa compensar activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes, sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

Os activos por impostos diferidos por prejuízos fiscais vencem nos anos conforme é detalhado no quadro seguinte:

Ano geração prejuízo fiscal	Ano limite para a dedução	Prejuízos fiscais reportáveis à data de	
		2011 Euros '000	2010 Euros '000
2008 e 2010	2014	(39 101)	(39 123)
2009	2015	(15 313)	(15 313)
2011	2016	(49)	-
		<u>(54 463)</u>	<u>(54 436)</u>

29 Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Outros devedores	8 973	7 169
Outros proveitos a receber	-	1 945
Despesas com custo diferido	-	8 441
Responsabilidades com Fundo de Pensões	-	10 088
Operações cambiais a liquidar	-	43 226
Contas diversas	-	226
	<u>8 973</u>	<u>71 095</u>
Imparidade de outros activos	-	(93)
	<u>8 973</u>	<u>71 002</u>

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imparidade de outros activos		
Saldo em 1 de Janeiro	93	501
Dotação do exercício	-	6 000
Reversão do exercício	-	(6 408)
Transferências	(93)	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>-</u>	<u>93</u>

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos para a Caixa Económica Montepio Geral no âmbito da alienação de activos e passivos, ocorrida em 4 de Abril de 2011.

No decurso de 2011, e conforme referido na nota 1 a), um conjunto de activos e passivos foram adquiridos pela Caixa Económica Montepio Geral.

30 Recursos de bancos centrais

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica regista o montante de Euros 310.140.000 referente a recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais que se encontram colateralizados por títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

A análise da rubrica Recursos de bancos centrais pelo período remanescente a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é a seguinte:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Até 3 meses	-	310 140

No decurso de 2011, e conforme referido na nota 1 a), um conjunto de activos e passivos foram adquiridos pela Caixa Económica Montepio Geral.

31 Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Dívida emitida		
Obrigações não subordinadas	-	62 024
Dívida readquirida		
Obrigações	-	(874)
Obrigações subordinadas	-	90 647
	-	151 797
Correcções de valor de passivos que sejam objecto da opção pelo justo valor		
Obrigações não subordinadas	-	(2 271)
Obrigações subordinadas	-	(6 549)
	-	(8 820)
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado		
	-	208
	-	143 185

No decurso de 2011, e conforme referido na nota 1 a), um conjunto de activos e passivos foram adquiridos pela Caixa Económica Montepio Geral.

As principais características dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em 31 de Dezembro de 2010 são apresentadas como seguem:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Dívida emitida não subordinada				
FNB Super Cabaz Europeu 05/11	Mai-05	Mar-11	A	15.000
FNB Taxa Acumulada 05/11	Dez-05	Dez-11	B	2.337
FNB Remuneração Garantida 2006	Abr-06	Abr-12	C	2.700
FNB Cupão Anual 06/11	Abr-06	Jun-11	D	14.600
FNB Dezembro 07/17	Dez-07	Dez-17	E	27.387
				62.024
Dívida emitida subordinada				
FNB Grandes Empresas 07/16	Mai-07	Mai-16	F	36.700
FNB Índices Estratégicos 07/15	Mai-07	Mai-15	G	53.947
				90.647

A - A remuneração será constituída por um cupão fixo e por 4 cupões variáveis.

O cupão fixo será pago no final do 2º ano e será igual a 8% sobre o valor nominal.

Os cupões variáveis serão pagos anualmente, do 3º ao 6º ano, e serão apurados segundo o número de acções (N) do cabaz de referência abaixo indicado, cuja performance desde o início seja igual ou superior à do Índice Eurostoxx50 para o mesmo período.

Considerando o seguinte cabaz de referência:

<u>Accção</u>	<u>Bloomberg</u>	<u>Bolsa</u>
E.On	EOA GY	Frankfurt
ENEL	ENEL IM	Milão
ENI	ENI IT	Milão
Fortis	FORA NA	Euronext Amsterdam
France Telecom	FTE FP	Euronext Paris
Ing Groep	INGA NA	Euronext Amsterdam
Nokia	NOK1V FH	Helsínquia
Royal Dutch Petroleum	RDA NA	Euronext Amsterdam
Santander	SAN SQ	Madrid
TIM	TIM IM	Milão,

o cupão será igual a:

<u>Taxa</u>		<u>N</u>
8%	se	10
5%	se	7 a 9
1%	se	0 a 6,

onde N é o número de acções do cabaz de referência cuja performance ($PerfAcção_i^j$), for maior ou igual do que a performance do Índice Eurostoxx50 ($PerfInd_i$) para o mesmo período e

$$PerfAcção_i^j = (Acção_i^j - Acção_0^j) / Acção_0^j$$

$$PerfInd_i = (Ind_i - Ind_0) / Ind_0$$

$Acção_i^j$ = Cotação de fecho da acção j (j = 1 a 10) nas Datas de Observação i (i = 1 a 4)

$Acção_0^j$ = Cotação de fecho da acção j (j = 1 a 10) na Data de Liquidação

Ind_i = Valor de fecho do Índice Eurostoxx 50 (SX5E) nas Datas de Observação i (i = 1 a 4)

Ind_0 = Valor de fecho do Índice Eurostoxx 50 (SX5E) na Data de Liquidação

B - A remuneração será paga semestralmente, e os 2 primeiros cupões serão fixos:

1º cupão: 5,5% (taxa anual)

2º cupão: 4,5% (taxa anual)

A partir do 3º cupão, a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

Cupão anterior * n/N, onde

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

N é o nº de dias úteis do período respectivo

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Semestre	Intervalo
1º	-
2º	-
3º	[0%; 3,90%]
4º	[0%; 4,00%]
5º	[0%; 4,25%]
6º	[0%; 4,40%]
7º	[0%; 4,40%]
8º	[0%; 4,40%]
9º	[0%; 4,40%]
10º	[0%; 4,40%]
11º	[0%; 4,40%]
12º	[0%; 4,40%]

Euribor 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na Base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página EURIBOR01 da Reuters, ou noutra que a substitua.

O valor da Euribor 6 meses observado no 5º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respectivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

C - O 1º cupão será pago em 7 de Abril de 2008 sendo igual a

3% * valor nominal.

Se não ocorrer o reembolso antecipado, o 2º cupão será pago em 7 de Abril de 2012 e será igual a:

21% * valor nominal, se Euribor 6 meses 6 > Euribor 6 meses 0 + 0,90%;

3% * valor nominal, no caso contrário.

Se ocorrer o reembolso antecipado, o 2º cupão será pago em 7 de Abril de 2010 e será igual a 13% * valor nominal.

Entende-se por:

Euribor 6 meses 0 a Euribor 6 meses registada em 7 de Abril de 2006;

Euribor 6 meses 6 a Euribor 6 meses registada no 5.º dia útil anterior a 7 de Abril de 2012.

D - A remuneração é como se segue:

Data Cupão	Taxa
20 de Junho de 2007	5,25%
20 de Junho de 2008	Máx [0; 4,0% * (1-n/2)]
20 de Junho de 2009	Máx [0; 5,0% * (1-n/3)]
20 de Junho de 2010	Máx [0; 6,0% * (1-n/4)]
20 de Junho de 2011	Máx [0; 7,5% * (1-n/5)]

onde n é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito

O valor dos juros a pagar será calculado pela multiplicação entre a taxa do cupão e o valor nominal.

E - A remuneração será paga anualmente, e o primeiro cupão será fixo:

1º cupão: 5%

A partir do 2º cupão, a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula, com um mínimo de 0% e um máximo de 6,5% por ano:

Mínimo [15 * (30 Yr Swap Rate – 10 Yr Swap Rate) + 0.75%;
15 * (10 Yr swap Rate – 2 Yr Swap Rate) + 1.25%]

30 Yr Swap Rate – Taxa swap a 30 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo

10 Yr Swap Rate – Taxa swap a 10 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo

2 Yr Swap Rate – Taxa swap a 2 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo.

- F - Serão pagos os seguintes cupões, no final de cada ano (a 9 de Maio, para a 1ª série e a 20 de Junho, para as 2ª e 3ª séries):

<u>Data Cupão Taxa</u>	<u>Data Cupão Taxa</u>
1º cupão	5,50%
2º cupão	5,50%
3º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/3)]
4º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/4)]
5º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/5)]
6º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/6)]
7º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/7)]
8º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/8)]
9º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/9)] , onde

n é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito.

Se ocorrer uma fusão entre duas ou mais empresas de referência e ocorrer um Evento de Crédito na empresa resultante da fusão, serão contados tantos Eventos de Crédito quanto o número de empresas fundidas.

- G - A remuneração será paga anualmente e será igual a:

1º ano= 5,50% * valor nominal;
2º ano= 5,50% * valor nominal;
3º ano e seguintes = 6,25% * valor nominal se

Min (SDk/SD0-SXk/SX0 ; HSk/HS0- SXk/SX0) > Barreirak,

se não = 0%

onde:

Barreira3 = Barreira a aplicar no 3º cupão = 0%
Barreira4 = Barreira a aplicar no 4º cupão = 1%
Barreira5 = Barreira a aplicar no 5º cupão = 2%
Barreira6 = Barreira a aplicar no 6º cupão = 3%
Barreira7 = Barreira a aplicar no 7º cupão = 4%
Barreira8 = Barreira a aplicar no 8º cupão = 5%

Barreirak = Barreira a aplicar no kº cupão

SDk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de observação K (K=1 a 6)

SD0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de início

SXk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de observação K (K=1 a 6)

SX0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de início

HSk – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de observação K(K=1 a 6)

HS0 – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de início

Em 31 de Dezembro de 2010, o Finibanco tinha negociado swaps para cobertura do risco associado à remuneração variável dos empréstimos obrigacionistas emitidos.

32 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011			2010		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Recursos de instituições de crédito no país	-	39 222	39 222	-	91 073	91 073
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	-	-	-	-	27 838	27 838
	-	39 222	39 222	-	118 911	118 911

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Até 3 meses	-	116 277
3 meses até 6 meses	-	2 634
Indeterminado	39 222	-
	39 222	118 911

No decurso de 2011, e conforme referido na nota 1 a), um conjunto de activos e passivos foram adquiridos pela Caixa Económica Montepio Geral.

33 Recursos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011			2010		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Depósitos à ordem	-	-	-	-	622 939	622 939
Depósitos a prazo	-	-	-	-	1 734 231	1 734 231
Depósitos de poupança	-	-	-	-	18 366	18 366
Outros recursos	-	-	-	-	14 619	14 619
	-	-	-	-	2 390 155	2 390 155

No decurso de 2011, e conforme referido na nota 1 a), um conjunto de activos e passivos foram adquiridos pela Caixa Económica Montepio Geral.

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo são fixados anualmente por instrução do Banco de Portugal.

A análise da rubrica Recursos de clientes pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2011	2010
	Euros '000	Euros '000
Depósitos à ordem	-	622 939
Depósitos a prazo e de poupança:		
Até 3 meses	-	702 742
3 meses até 6 meses	-	925 848
6 meses até 1 ano	-	-
1 ano até 5 anos	-	124 007
Mais de 5 anos	-	-
	<hr/>	<hr/>
	-	2 375 536
Outros recursos:		
Até 3 meses	-	14 619
	<hr/>	<hr/>
	-	2 390 155
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

34 Passivos financeiros associados a activos transferidos

	2011	2010
	Euros '000	Euros '000
Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização		
Por crédito a clientes - titularizado		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Crédito interno	-	140 315
Despesas com encargo diferido		
Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	-	(167)
Encargos a pagar		
Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	-	976
	<hr/>	<hr/>
	-	141 124
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

No decurso de 2011, e conforme referido na nota 1 a), um conjunto de activos e passivos foram adquiridos pela Caixa Económica Montepio Geral.

A rubrica Passivos financeiros associados a activos transferidos, refere-se a operações de titularização celebradas entre o Finibanco e outras instituições financeiras, que não foram objecto de desreconhecimento de acordo com a IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O detalhe das operações de titularização encontra-se analisado na nota 46.

35 Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Provisões para riscos gerais de crédito	1 331	21 992
Provisões para riscos diversos	1 900	1 588
	<u>3 231</u>	<u>23 580</u>

No decurso de 2011, e conforme referido na nota 1 a), um conjunto de activos e passivos foram adquiridos pela Caixa Económica Montepio Geral.

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho de 1995, n.º 2/99, de 15 de Janeiro de 1999, e n.º 8/03 de 30 de Janeiro de 2003 do Banco de Portugal, conforme referido na nota 1.a).

Os movimentos da provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Provisões para riscos gerais de crédito		
Saldo em 1 de Janeiro	21 992	21 419
Dotação do exercício	586	3 975
Reversão do exercício	(1 124)	(2 677)
Transferências	(20 123)	(725)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>1 331</u>	<u>21 992</u>

Estas provisões foram efectuadas tendo como base a probabilidade de ocorrência de certas contingências relacionadas com a actividade do Finibanco, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos para a Caixa Económica Montepio Geral no âmbito da aquisição de activos e passivos, ocorrida em 4 de Abril de 2011.

Os movimentos da provisão para riscos diversos são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Provisões para riscos diversos		
Saldo em 1 de Janeiro	1 588	973
Dotação de provisões	1 900	963
Reversão do exercício	-	-
Utilização de provisões	(203)	(348)
Transferências	(1 385)	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>1 900</u>	<u>1 588</u>

A rubrica provisões para riscos diversos regista uma provisão de Euros 1.900.000 para contingências legais de um processo a decorrer em tribunal, relacionado com a venda da subsidiária Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. à Mapfre – Seguros Gerais, S.A..

A rubrica transferências corresponde aos valores transferidos para a Caixa Económica Montepio Geral no âmbito da aquisição de activos e passivos, ocorrida em 4 de Abril de 2011.

36 Outros passivos subordinados

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica regista o montante de Euros 10.380.000 referente a obrigações de prazo determinado com um prazo residual superior a cinco anos.

As principais características dos passivos subordinados, em 31 de Dezembro de 2010 são apresentadas como seguem:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Valor de emissão Euros '000	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Obrigações de caixa subordinadas					
FNB Rendimento Garantido 05/13	Mai-05	Mai-13	410	A	413
FNB Rendimento Seguro 05/15	Jun-05	Jun-15	238	B	238
FNB 08/18 - 1ª Série	Dez-08	Dez-18	8.438	C	8 452
FNB 08/18 - 2ª Série	Dez-08	Dez-18	1.925	C	1 928
					<u>11 031</u>

A - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$n/N * 5\% + m/N * 1\%$, onde:

n é o n.º de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

m é o n.º de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado

N é o n.º de dias úteis do período respectivo

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Período	Data cupão	Intervalo
1º semestre	09-Nov-05	[0; 2,75%]
2º semestre	09-Mai-06	[0; 3,00%]
3º semestre	09-Nov-06	[0; 3,25%]
4º semestre	09-Mai-07	[0; 3,50%]
5º semestre	09-Nov-07	[0; 3,50%]
6º semestre	09-Mai-08	[0; 3,75%]
7º semestre	09-Nov-08	[0; 3,75%]
8º semestre	09-Mai-09	[0; 4,00%]
9º semestre	09-Nov-09	[0; 4,00%]
10º semestre	09-Mai-10	[0; 4,25%]
11º semestre	09-Nov-10	[0; 4,25%]
12º semestre	09-Mai-11	[0; 4,50%]
13º semestre	09-Nov-11	[0; 4,50%]
14º semestre	09-Mai-12	[0; 4,50%]
15º semestre	09-Nov-12	[0; 4,50%]
16º semestre	09-Mai-13	[0; 4,50%]

Euribor 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na Base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página EURIBOR01 da Reuters, ou noutra que a substitua.

O valor da Euribor 6 meses observado no 5º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respectivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

- B - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$n/N * 5\% + m/N * 1\%$, onde:

n é o n.º de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

m é o n.º de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado

N é o n.º de dias úteis do período respectivo

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Período	Data cupão	Intervalo
1º semestre	09-Dez-05	[1,60 ; 2,75%]
2º semestre	09-Jun-06	[1,60 ; 3,00%]
3º semestre	09-Dez-06	[1,60 ; 3,25%]
4º semestre	09-Jun-07	[1,60 ; 3,50%]
5º semestre	09-Dez-07	[1,70 ; 3,75%]
6º semestre	09-Jun-08	[1,70 ; 3,75%]
7º semestre	09-Dez-08	[1,70 ; 3,75%]
8º semestre	09-Jun-09	[1,70 ; 4,00%]
9º semestre	09-Dez-09	[1,80 ; 4,00%]
10º semestre	09-Jun-10	[1,80 ; 4,25%]
11º semestre	09-Dez-10	[1,80 ; 4,25%]
12º semestre	09-Jun-11	[1,80 ; 4,50%]
13º semestre	09-Dez-11	[1,90 ; 4,50%]
14º semestre	09-Jun-12	[1,90 ; 4,50%]
15º semestre	09-Dez-12	[1,90 ; 4,50%]
16º semestre	09-Jun-13	[1,90 ; 4,50%]
17º semestre	09-Dez-13	[2,00 ; 4,50%]
18º semestre	09-Jun-14	[2,00 ; 4,50%]
19º semestre	09-Dez-14	[2,00 ; 4,50%]
20º semestre	09-Jun-15	[2,00 ; 4,50%]

C - A remuneração será paga semestralmente e o primeiro cupão será fixo:

1º cupão: 6,50% (taxa anual);

Do 2º ao 10º cupão: Euribor 6M + 1,50% (taxa anual);

11º cupão e seguintes: Euribor 6M + 1,75% (taxa anual).

Por Euribor 6 meses entende-se a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional resultante do cálculo da média das taxas de depósitos interbancários denominados em Euros, oferecidos na zona da União Económica e Monetária entre Bancos de 1ª linha, cotados na base actual/360, e divulgada na página EURIBOR01 da Reuters.

Será fixada para efeitos de cálculo a taxa Euribor de 6 meses, fixada 2 dias úteis antes da data de início de cada período de contagem de juros.

O justo valor da carteira de outros passivos subordinados encontra-se apresentada na nota 42.

37 Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011	2010
	Euros '000	Euros '000
Credores:		
Fornecedores	38	3 469
Outros credores	10 857	2 717
Sector Público administrativo	551	3 973
Férias e subsídio de férias a pagar	-	11 205
Outros custos a pagar	867	1 013
Receitas antecipadas	-	458
Operações sobre títulos a liquidar	-	106
Despesas actuariais		12 306
Contas diversas	724	4 584
	<u>13 037</u>	<u>39 831</u>

No decurso de 2011, e conforme referido na nota 1 a), um conjunto de activos e passivos foram adquiridos pela Caixa Económica Montepio Geral.

38 Capital

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital subscrito do Finibanco ascende a Euros 180.000.000 e encontra-se integralmente realizado, sendo formado por 180.000.000 acções de valor nominal de 1 Euro.

Em 31 de Dezembro de 2011, o Finibanco Holding detém 100% das acções representativas do capital social do Finibanco.

39 Outros instrumentos de capital

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica correspondia à emissão de Euros 15.000.000 ocorrida no primeiro trimestre de 2010 de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados efectuada pelo Finibanco, S.A., e que no âmbito do processo de aquisição do Finibanco-Holding, S.G.P.S S.A. e das suas subsidiárias passou a integrar as responsabilidades da Caixa Económica Montepio Geral.

Remuneração

Com sujeição às limitações ao vencimento de juros descritas abaixo, a remuneração será paga semestralmente, em 2 de Fevereiro e em 2 de Agosto de cada ano, com início em 2 de Agosto de 2010 e será igual a:

1.º ao 4.º cupões: 7,00%;

5.º cupão e seguintes: Euribor 6M + 2,75%, com um mínimo de 5%.

Limitações ao vencimento de juros

A Emitente estará impedida de proceder ao pagamento de juros:

- Na medida e até à concorrência em que a soma do montante a pagar pelos juros desta emissão com o montante dos dividendos pagos ou deliberados e o de pagamentos garantidos relativos a eventuais acções preferenciais que se possam vir a emitir, exceder os Fundos Distribuíveis da Emitente, ou
- Estiver em incumprimento da Regulamentação de Requisitos de Fundos Próprios ou na medida e até à concorrência em que o seu pagamento implicar incumprimento dessa Regulamentação.

A Emitente ainda está impedida de proceder ao Pagamento de Juros se, na opinião do Conselho de Administração ou do Banco de Portugal, esse pagamento colocar em risco o cumprimento da Regulamentação de requisitos de Fundos Próprios.

O impedimento de proceder ao Pagamento de Juros poderá ser total ou parcial.

O não pagamento de juros numa qualquer data desonera a Emitente do pagamento dos juros relativos a essa data em momento futuro.

Consideram-se Fundos distribuíveis de um determinado ano a soma algébrica, com referência ao exercício anterior, dos resultados acumulados retidos com quaisquer outros valores susceptíveis de serem distribuíveis aos accionistas e com os lucros ou prejuízos, líquida das reservas obrigatórias, legais e estatutárias, mas antes da dedução do montante de quaisquer dividendos relativos às acções ordinárias ou a quaisquer outros valores mobiliários subordinados a estes, relativos a esse exercício.

Reembolso

Estes valores Mobiliários são perpétuos, só sendo reembolsáveis segundo as condições de reembolso antecipado abaixo previstas.

Mediante acordo prévio do Banco de Portugal, o emitente poderá proceder ao reembolso, total ou parcial, a partir da 10ª data de pagamento de juros, inclusive (5º ano).

Em caso de ocorrência continuada de um Evento de Desqualificação como Fundos Próprios de Base, mesmo antes de decorridos 5 anos desde a sua emissão, e mediante acordo prévio do Banco de Portugal, estes Valores Mobiliários são reembolsáveis por opção do Emitente, em qualquer data.

Por evento de desqualificação como Fundos Próprios de Base entende-se uma alteração de qualquer documento legal ou respectiva interpretação oficial que implique que estes Valores Mobiliários deixem de poder ser qualificados como Fundos Próprios de Base da Emitente.

40 Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa o Finibanco deverá reforçar anualmente a Reserva Legal com pelo menos 10% dos lucros anuais até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva, ser distribuída.

A variação da reserva legal é analisada na nota 41.

41 Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Outro Rendimento integral:		
Reservas de justo valor		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	(66)	(7 235)
	<u>(66)</u>	<u>(7 235)</u>
Reservas e resultados transitados		
Reserva legal	5 365	5 365
Reservas de reavaliação legais	1	1
Reservas por impostos diferidos	-	2 100
Outras reservas	24 599	25 124
Resultados transitados	(76 547)	(20 649)
	<u>(46 582)</u>	<u>11 941</u>

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a nota 1.b).

A movimentação durante o exercício de 2011 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 de Dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos nacionais	(4 394)	-	4 394	-	-
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	(2 497)	-	2 497	-	-
	<u>(6 891)</u>	<u>-</u>	<u>6 891</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Títulos de rendimento variável:					
Unidades de participação	(344)	(66)	344	-	(66)
	<u>(7 235)</u>	<u>(66)</u>	<u>7 235</u>	<u>-</u>	<u>(66)</u>

A movimentação durante o ano de 2010 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 de Dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos nacionais	498	(4 892)	-	-	(4 394)
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	94	(2 497)	(94)	-	(2 497)
Obrigações de outros emissores: Estrangeiros	344	-	(344)	-	-
	<u>936</u>	<u>(7 389)</u>	<u>(438)</u>	<u>-</u>	<u>(6 891)</u>
Títulos de rendimento variável:					
Unidades de participação	(819)	43	432	-	(344)
	<u>117</u>	<u>(7 346)</u>	<u>(6)</u>	<u>-</u>	<u>(7 235)</u>

A reserva de justo valor é analisada conforme segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	41 896	140 702
Imparidade acumulada reconhecida	-	(691)
	<u>41 896</u>	<u>140 011</u>
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	-	-
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	41 830	132 776
Ganhos/ Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	<u>66</u>	<u>7 235</u>

42 Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Garantias e avales prestados	-	100 996
Garantias e avales recebidos	-	3 636 778
Compromissos perante terceiros	-	502 427
Compromissos assumidos por terceiros	-	548 265
Valores recebidos em depósito	-	1 610 660
	<u>-</u>	<u>6 399 126</u>

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Garantias e avales prestados:		
Garantias e avales	-	88 920
Créditos documentários abertos	-	12 076
	<u>-</u>	<u>100 996</u>

	2011	2010
	Euros '000	Euros '000
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	-	159 962
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	-	2 486
Responsabilidade potencial para com o Sistema de indemnização aos Investidores	-	479
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	-	339 500
	<u>-</u>	<u>502 427</u>

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Finibanco.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Finibanco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Finibanco (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que o Finibanco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, refere-se ao compromisso irrevogável que o Finibanco assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, em 31 de Dezembro 2011 e 2010, é relativo à obrigação irrevogável que o Finibanco assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

43 Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as actuais condições da política de *pricing* do Finibanco.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Finibanco.

Os Activos e Passivos ao justo valor do Finibanco são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

- 1 Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para estes activos/passivos negociados em mercados líquidos.
- 2 Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Finibanco utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.
- 3 Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

- *Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito*

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Activos com Acordos de Recompra*

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

A taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pelo Finibanco em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas de mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do ano.

- *Activos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (excepto derivados) e Activos financeiros disponíveis para venda*

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standards (*Black-Scholes*, *Black*, *Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

No caso de acções não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

- *Derivados de cobertura e de negociação*

Todos os derivados encontram-se contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados "ao balcão", aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte

semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinados por métodos de interpolação adequados.

As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

- *Créditos a clientes com maturidade definida*

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações, ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Finibanco para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do ano) e o *spread* praticado à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano.

A taxa média de desconto foi de 6,59% em Junho de 2011 (31 de Dezembro de 2010: 5,73%) assumindo a projecção das taxas variáveis segundo a evolução das taxas *forward* implícitas nas curvas de taxas de juro. Os cálculos efectuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

- *Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes*

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Recursos de clientes*

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Finibanco para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante.

A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do ano) e o *spread* actual do Finibanco à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano

- *Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados*

Para estes instrumentos financeiros, foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram reflectidas em balanço. Os instrumentos que são a taxa fixa e para os quais o Finibanco adopta contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos clientes não institucionais do Finibanco.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de *swaps* de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (*spread* de crédito) é representado por um excesso à curva de *swaps* de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No caso das emissões próprias destinadas a colocação junto dos clientes não institucionais do Finibanco, adicionou-se mais um diferencial (*spread* comercial) que representa a margem existente entre o custo de financiamento no mercado institucional e o que se obtém distribuindo o instrumento respectivo na rede comercial própria.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de Dezembro de 2010, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euros, Dólares Norte – Americanos e Libras Esterlinas utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros do Finibanco:

	Moedas		
	Euros	Dólar Norte Americano	Libra Esterlina
1 dia	0,400%	0,300%	0,550%
7 dias	0,350%	0,300%	0,550%
1 mês	0,810%	0,300%	0,680%
2 meses	0,910%	0,310%	0,720%
3 meses	1,010%	0,430%	0,820%
6 meses	1,230%	0,530%	1,260%
9 meses	1,370%	0,720%	1,415%
1 ano	1,510%	0,880%	1,520%
2 anos	1,561%	0,797%	1,505%
3 anos	1,945%	1,282%	1,945%
5 anos	2,481%	2,179%	2,630%
7 anos	2,893%	2,838%	3,103%
10 anos	3,305%	3,386%	3,535%
15 anos	3,638%	3,844%	3,535%
20 anos	3,697%	4,020%	3,535%
30 anos	3,496%	4,130%	3,535%

Câmbios e volatilidades cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the Money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Relativamente às taxas de câmbio, o grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros do Finibanco contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é analisada como segue:

2011						
	Empréstimos e aplicações Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Outros ao custo amortizado Euros '000	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	
Activos Financeiros:						
Activos financeiros disponíveis para venda	-	41 830	-	41 830	41 830	
Crédito a clientes	145 439	-	-	145 439	145 439	
	<u>145 439</u>	<u>41 830</u>	<u>-</u>	<u>187 269</u>	<u>187 269</u>	
Passivos financeiros:						
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	39 222	39 222	39 222	
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>39 222</u>	<u>39 222</u>	<u>39 222</u>	

2010						
Negociação Euros '000	Designado ao justo valor Euros '000	Empréstimos e aplicações Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Outros ao custo amortizado Euros '000	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000
Activos Financeiros:						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	119 947	-	119 947	119 947
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	30 316	-	30 316	30 316
Activos financeiros detidos para negociação	3 802	-	-	-	3 802	3 802
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	9 628	-	-	9 628	9 628
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	132 776	-	132 776	132 776
Aplicações em instituições de crédito	-	-	473 107	-	473 107	473 107
Crédito a clientes	-	-	2 379 495	-	2 379 495	2 379 495
	<u>3 802</u>	<u>9 628</u>	<u>3 002 865</u>	<u>-</u>	<u>3 149 071</u>	<u>3 149 071</u>
Passivos financeiros:						
Recursos de bancos centrais	-	-	-	310 140	310 140	310 140
Passivos financeiros detidos para negociação	12 357	-	-	-	12 357	12 357
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	143 185	-	-	143 185	143 185
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	118 911	118 911	118 911
Recursos de clientes	-	-	-	2 390 155	2 390 155	2 390 155
Outros passivos subordinados	-	-	-	11 031	11 031	11 031
	<u>12 357</u>	<u>143 185</u>	<u>-</u>	<u>2 830 237</u>	<u>2 985 779</u>	<u>2 985 779</u>

44 Benefícios a colaboradores

Conforme referido na Nota 1.n), e em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Baseado em pareceres de peritos independentes e na cláusula de adesão do Finibanco ao ACTV, não são consideradas no cálculo das responsabilidades a parcela relativa ao período entre a data de admissão de cada funcionário ao sistema bancário e a data de admissão no Finibanco, quando aplicável.

O estudo actuarial para efeitos de cálculo das responsabilidades por serviços passados reportados a 31 de Dezembro de 2010 foi efectuado pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no estudo actuarial para efeitos de cálculo das responsabilidades por serviços passados reportados a 31 de Dezembro de 2010, efectuados pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., foram:

	31.12.2010
Esquema de benefícios	O estabelecido no ACTV do Sector Bancário com as ressalvas de adesão ao acordo
Método actuarial	Projected Unit Credit Method
Tábua de Mortalidade	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK 80
Taxa anual de crescimento salarial	3%
Taxa anual de retorno esperado dos activos do fundo	5,5%
Taxa de desconto	5,5%
Taxa de crescimento das pensões	2%
SAMS	6,5% *

* sobre o valor das responsabilidades calculadas nos termos do ACTV

A taxa de desconto utilizada reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade na zona euro com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

A taxa anual de retorno esperado dos activos do fundo foi determinada pela sociedade gestora do Fundo utilizando as rentabilidades anuais esperadas a longo prazo para cada classe de activos, definidas com base em estudo de uma consultora internacional sobre o histórico das rendibilidades de mercado e uma ponderação resultante do *benchmark* definido para a estrutura de activos do Fundo.

b) População

Os cálculos foram efectuados em grupo fechado decompondo-se em 31 de Dezembro de 2010 da seguinte forma:

	31.12.2010
1. Empregados no activo	1.275
2. Pensionistas	27
3. Total (1+2)	1.302
4. Ex – participantes com direitos adquiridos	442
5. Total (3+4)	1.744

c) Valores reconhecidos no balanço

31/12/2010	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Valor actual das responsabilidades por serviços passados				
1. Activos e direitos adquiridos	59.592	3.926	2.015	65.533
2. Pensionistas	2.406	154	57	2.617
3.Total das responsabilidades por serviços passados (1+2)	61.998	4.080	2.072	68.150
4.Justo valor dos activos do Fundo de Pensões	71.152	4.699	2.387	78.238
5. Passivo reconhecido no Balanço (3-4)	-	-	-	-
6. Activo reconhecido no Balanço (4-3)	9.154	619	315	10.088
7. % de cobertura do financiamento	115%	115%	115%	115%

31/12/2010	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Responsabilidades por serviços passados ainda não reconhecidos como custo				
1. Perdas / (ganhos) actuariais resultantes de diferenças entre pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente realizados				
1.1 Reconhecidos como flutuação de valores	3.870	40	140	4.050
1.2 Reconhecidos como despesas com custo diferido	-	-	-	-
2. Perdas / (ganhos) actuariais resultantes de alteração de pressupostos actuariais e financeiros				
2.1 Reconhecidos como flutuação de valores	(15.150)	(596)	(610)	(16.356)
2.2 Reconhecidos como despesas com encargo diferido				
A amortizar por resultados transitados em 8 anos	4.985	-	384	5.369
A amortizar por resultados transitados em 10 anos	-	1.005	-	1.005
3. Responsabilidades a amortizar (1.2+2.2)	4.985	1.005	384	6.374

Conforme referido na nota 1 n), o Aviso n.º 7/2008 que alterou o Aviso n.º 12/2001 veio permitir que o saldo ainda por especializar à data de 30 de Junho de 2008 possa ser reconhecido por um período adicional de 3 anos face à duração inicialmente prevista (5 anos para benefícios de reforma e subsídio por morte e 7 anos para SAMS).

d) Acréscimo anual no valor actual das responsabilidades por serviços passados

31/12/2010	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor actual das responsabilidades no início do exercício	61.006	3.936	1.921	66.863
2. Custos do serviço corrente	5.370	456	179	6.005
3. Custo de juros	3.351	216	103	3.670
4.Pensões pagas	156	19	68	243
5.Perdas (ganhos) actuariais	(7.573)	(509)	(63)	(8.145)
6.Acréscimo anual de responsabilidades (2+3-4+5)	992	144	151	1.287
7. Valor actual das Responsabilidades no fim do exercício (1+6)	61.998	4.080	2.072	68.150

e) Movimento registado nos activos do Fundo

31/12/2010	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor dos activos do Fundo de pensões no início do exercício	68.085	4.238	2.100	74.424
2. Rendimento líquido do fundo	803	50	25	878
3. Contribuição entregue ao fundo	2.420	430	330	3.180
4. Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo	156	19	68	243
5. Valor dos activos do Fundo de pensões no fim do exercício (1+2+3-4)	71.152	4.699	2.387	78.239

f) As principais categorias de activos do Fundo são as seguintes:

Tipos de investimento	31.12.2010
Terrenos e edifícios	11,5%
Acções e unidades de participação	21,3%
Obrigações – Dívida pública	21,6%
Obrigações – Outros emissores	40,1%
Depósitos em instituições de crédito	5,3%
Outros	0,2%
	100%

Os imóveis detidos pelo Fundo encontram-se arrendados ao Banco ou subsidiárias da sua empresa-mãe.

g) Gastos reconhecidos no exercício

31/12/2010	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Em custos com o pessoal				
1. Custo do serviço corrente	5.370	455	180	6.005
2. Custo dos juros	3.351	216	104	3.671
3. Rendimento esperado dos activos do fundo	3.998	255	122	4.375
4. Perdas/ (ganhos) actuariais	-	-	(7)	(7)
5. Contribuições dos funcionários	487	-	-	487
6. Custos com o pessoal (1+2-3+4-5)	4.236	416	155	4.807

A contribuição esperada para o Fundo para o exercício de 2011 ascende a Euros 5.353.000.

h) Análises de sensibilidade

A redução de 0,25% na taxa de desconto teria um efeito de aumento das responsabilidades em cerca de 4,8 milhões de euros.

Uma variação de 1% na taxa de SAMS representaria um impacto de cerca de 628 mil euros (aumento de responsabilidades em caso de incremento da taxa e redução no caso contrário)

i) Análise evolutiva

O quadro seguinte apresenta uma análise evolutiva dos valores do exercício e dos últimos 5 anos:

Responsabilidades com benefícios de reforma	2010	2009	2008	2007	2006
Responsabilidades por serviços passados	(61.998)	(61.007)	(59.656)	(52.037)	(51.092)
Justo valor dos activos do Fundo de Pensões	71.152	68.086	58.181	59.114	51.676
Excesso /(Insuficiência) de cobertura	9.154	7.079	(1.475)	7.077	584
% de cobertura do financiamento pelo Fundo	115%	112%	98%	114%	101%
Ajustamentos de experiência em passivos do plano	1.074	1.749	(59)	(833)	(452)
Ajustamentos de experiência em activos do plano	(3.195)	1.164	(10.285)	4.491	1.162

45 Transacções com partes relacionadas

À data de 31 de Dezembro de 2011, os débitos e créditos detidos pelo Finibanco sobre partes relacionadas são analisados como segue:

	Outros activos Euros '000	Recursos de outras IC's Euros '000	Outros passivos Euros '000	Total Euros '000
Finibanco - Holding, SGPS S.A.	30	-	-	30
Caixa Económica Montepio Geral	8.898	39.222	10.240	58.360
	<u>8.928</u>	<u>39.222</u>	<u>10.240</u>	<u>58.389</u>

À data de 31 de Dezembro de 2011, os encargos e os rendimentos do Finibanco sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Outros custos de exploração, Juros e rendimentos similares e Outros proveitos de exploração, são analisados como segue:

	Juros e encargos similares Euros '000	Outros custos de exploração Euros '000	Juros e rendimentos similares Euros '000	Rendimento s de serviços e comissões Euros '000	Outros proveitos de exploração Euros '000	Total Euros '000
Finicrédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.			1.874	7	21	1.902
Finibanco - Holding, SGPS S.A.	5	205	765	2		977
Finivalor - Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, S.A.	54	-	-	-	-	54
Finibanco Angola, S.A.	-	-	6	59	115	180
	<u>59</u>	<u>205</u>	<u>2.645</u>	<u>68</u>	<u>136</u>	<u>3.113</u>

À data de 31 de Dezembro de 2010, os débitos e créditos detidos pelo Finibanco sobre partes relacionadas são analisados como segue:

	Outros activos	Recursos de outras IC's	Outros passivos	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Finibanco Angola, S.A.	789	-	8 757	9.546
Finibanco - Holding, SGPS S.A.	117.592	-	583	118 175
Finibanco Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	-	-	8 149	8.149
Finicrédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	263.829	-	12	263.841
Finimóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.	63	-	366	429
Finisegur - Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	281	-	840	1 121
Finivalor - Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, S.A.	-	-	7 294	7 294
Lestinvest, SGPS, S.A.	39 123	-	68	39 191
	<u>421.677</u>	<u>-</u>	<u>26.069</u>	<u>447.746</u>

À data de 31 de Dezembro de 2010, os encargos e os rendimentos do Finibanco sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Outros custos de exploração, Juros e rendimentos similares, Rendimentos de serviços e comissões e Outros proveitos de exploração, são analisados como segue:

	Juros e encargos similares	Outros custos de exploração	Juros e rendimentos similares	Rendimentos de serviços e comissões	Outros proveitos de exploração	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Finibanco Angola, S.A.	1	-	324	132	306	763
Finibanco - Holding, SGPS S.A.	104	1.108	2.372	7	-	3.591
Finibanco Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	62	-	-	1	-	63
Finicrédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	45	7.317	179	151	7.692
Finimóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.	-	276	-	-	-	276
Finisegur - Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	3	-	1	270	-	274
Finivalor - Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, S.A.	95	-	-	-	715	810
Lestinvest, SGPS, S.A.	-	50	1 618	15	-	1 683
	<u>265</u>	<u>1.479</u>	<u>11.632</u>	<u>604</u>	<u>1.172</u>	<u>15.152</u>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão bem como as transacções efectuadas com os mesmos, constam na nota 11.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

46 Securitização de activos

Em 31 de Dezembro de 2010 as operações de securitização existentes eram as seguintes:

AQUA SME 1

Em Junho de 2007 o Finibanco, SA efectuou uma operação de titularização da qual se destaca o seguinte:

Data da realização da operação: 14 de Junho de 2007

Montante: m.Euros 250.000

Duração do programa: 10 anos

Revolving: 3 anos

Identificação do programa: Aqua SME 1

Natureza dos activos cedidos:

Tipo de activos: Contas correntes e empréstimos a pequenas e médias empresas

Duração média ponderada remanescente: 0,249 anos

Taxa de juro média ponderada dos activos: 6,88%

Rating médio da carteira cedida: n.a.

Características dos instrumentos emitidos

Denominação do instrumento	Montante emitido	Montante detido	Taxa de juro
Classe A units	235.000	-	Euribor 1 mês+0,1%
Classe B units	15.000	-	Euribor 1 mês+0,1%
Classe C units	8.750	8.750	Excess spread

Data e forma de reembolso:

A partir do final do período de revolving e conforme ritmo de amortização dos créditos e de acordo com a seguinte prioridade:

1º Classe A units

2º Classe B units

3º Classe C units

As Class C foram integralmente tomadas pelo Finibanco S.A.

Montante total dos activos adquiridos pelo veículo que suportam a emissão dos instrumentos:

Créditos de m.Euros 250.000 e m.Euros 8.750 de cash reserve.

Compromissos assumidos e/ou interesses a reter pela instituição ou por outra instituição do Grupo

Montantes a título de:

Disponibilidades de caixa do emitente: n.a.

Linhas de liquidez: n.a.

Outros financiamentos: n.a.

Cash reserve inicial, limite máximo e mínimo: inicial m.Euros 8.750; máximo m.Euros 8.750; mínimo m.Euros 8.000

Garantias: n.a.

Proveitos residuais: a reverter para o Banco como remuneração das Classe C units.

Swaps de taxa de juro e outros instrumentos derivados: n.a.

Recompra dos activos remanescentes: Clean up call de 10%, a preços de mercado.

Outros n.a.

n.a. Não aplicável

Entidades que intervêm na operação

Nome da entidade	País da sede	Tipo de entidade	Função desempenhada	Relação de participação
Finibanco S.A.	Portugal	Banco	Cedente	n.a.
Aqua SME 1 Fundo	Portugal	Fundo de titularização de créditos	Comprador	não tem
Navegater SGFTC	Portugal	SGFTC	Gestão de FTC	não tem
Finibanco S.A.	Portugal	Banco	Gestor de créditos	n.a.
Deutsche Bank S.A.	Portugal	Banco	Custodiante	não tem
Banco Espírito Santo de Invest. S.A	Portugal	Banco	Banco organizador	não tem
State Street Global Markets LLC	EUA	Banco	Banco organizador	não tem
State Street Global Markets LLC	EUA	Banco	Linha liquidez Class B	não tem
Banco Espírito Santo S.A	Portugal	Banco	Linha liquidez Class A	não tem
European Investment Fund	Luxemburgo	Instituição europeia	Garante Class B	não tem

Princípios e políticas contabilísticas seguidos

Nos termos do previsto na IAS 39 quanto ao desreconhecimento de activos, dado que o Banco detém as Classe C units, às quais está atribuído o excess spread da operação, os créditos vendidos não foram desreconhecidos do balanço, estando registados na rubrica “Activos titularizados não desreconhecidos”, e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito.

Os fundos recebidos pela venda dos créditos estão registados na rubrica “Passivos financeiros associados a activos transferidos”.

Outra informação

Esta operação entrou em amortização em Junho de 2010, sendo que à data de 31 de Dezembro de 2010 o montante de títulos emitidos é o seguinte:

Denominação do instrumento	Montante emitido
Classe A units	133.690
Classe B units	15.000
Classe C units	8.750

AQUA MORTGAGE Nº1

Em Dezembro de 2008, o Finibanco, S.A. efectuou uma operação de titularização de créditos à habitação, com o propósito de transformar activos ilíquidos em títulos aceites como colateral no âmbito das operações do Eurosistema, da qual se destaca o seguinte:

Identificação da Operação: Aqua Mortgages Nº 1
Tipo de operação: RMBS Tradicional
Montante da operação: 233 Milhões de Euros
Data de realização da operação: 09 de Dezembro de 2008
Prazo de vencimento da operação: Dezembro de 2063
Data prevista para o exercício da clean-up call: a partir do ano de 2033

Caracterização da operação de titularização

Instituição cedente: Finibanco S.A.
Tipos de posições em risco: Crédito à habitação
Descrição dos principais critérios de selecção dos activos para a carteira titularizada: Crédito à habitação, em euros, imóvel localizado em Portugal, com data de maturidade inferior a Dezembro de 2060, com montante máximo de Eur 1.000.000,00, sem pagamentos em atraso há mais de 30 dias e com taxa de juro indexada
Grau de risco médio da carteira cedida: 63,23% (método padrão)
Revolving: por um período de 2 anos após o início da operação

Caracterização das posições em risco titularizadas

Limite máximo de posições em risco titularizadas: Euros 233.000.000,00
Valor das posições em risco titularizadas, na data de início da operação:
-Valor médio dos contratos: Euros 66.059,08
-Posição em risco mais significativa: Euros 620.529,65
-Duração média ponderada remanescente: 25 anos

Desagregação do valor das posições de titularização

Caracterização das tranches

Denominação da posição de titularização	Tranche (notação)	Montante	Taxa de Juros	Data de reembolso
Classe A	AAA	236.176	Euribor 6M +15bps	Dez-63
Classe B	-	29.824	Euribor 6M +40bps	Dez-63
Classe C	-	3.500	Excess Spread	Dez-63

Detentores das tranches

Denominação do instrumento	Entidade detentora	Tranche (notação)	Montante detido
Classe A	Finibanco S.A.	AAA	236.176
Classe B	Finibanco S.A.	-	29.824
Classe C	Finibanco S.A.	-	3.500

Compromissos assumidos e/ou interesses retidos / a reter pela instituição ou por uma instituição do grupo.

Reserva de caixa inicial, limite máximo e mínimo: Montante inicial de Euros 3.500.000; máximo de Euros 3.500.000; mínimo de Euros 1.200.000,00.

Linhas de liquidez: não existem linhas de liquidez associadas à operação

Garantias: não existem linhas de garantias adicionais associadas à operação

Proveitos residuais: n.a.

Swaps de taxa de juro e outros instrumentos derivados: não existem swaps de taxa de juro ou outros instrumentos derivados associados à operação.

Entidades que intervêm na operação:

Designação da entidade	País da sede	Tipo de entidade/atividade	Função desempenhada	Relação de participação
Finibanco, S.A.	Portugal	Banco	Cedente	n.a.
Finibanco, S.A.	Portugal	Banco	Arranger	n.a.
Finibanco, S.A.	Portugal	Banco	Servicer	n.a.
Tagus-Soc. Tit. Créditos S.A.	Portugal	Soc.Tit.Créditos	Emitente	não tem
Deutsche Bank AG, London	Inglaterra	Banco	Agente pagador	não tem
Deutsche Trustee Company	Inglaterra	Serviços Financ.	Common representative	não tem
Standard & Poors	Espanha	Agência de Rating	Agencia de Rating	Não tem

Princípios e políticas contabilísticas seguidos

Nos termos do previsto na IAS 39 quanto ao desreconhecimento de activos, dado que o Banco detém as Classe C units, às quais está atribuído o excess *spread* da operação, os créditos vendidos não foram desreconhecidos do balanço, estando registados na rubrica “Activos titularizados não desreconhecidos”, e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito.

Dadas as características e finalidade da operação não ocorreu a entrada de fundos. Assim e no cumprimento do parágrafo 39 da IAS 39 e AG 58 da mesma norma, as tranches Classe A e B estão representadas no Balanço de forma autónoma pelos créditos não desreconhecidos não havendo, portanto, lugar ao registo de passivos financeiros associados a activos transferidos.

No âmbito do processo de aquisição do Finibanco-Holding, SGPS S.A. e das suas subsidiárias estas operações passaram a integrar as contas do Finibanco.

47 Gestão de riscos

O Grupo Montepio (“CEMG”) está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco do Finibanco visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade do Finibanco.

A análise e controlo dos riscos são efectuados de um modo integrado, através da Direcção de Risco (DRI), que integra três departamentos:

- Departamento de Risco de Crédito: responsável pelo desenvolvimento e integração nos processos de decisão dos modelos internos de análise de risco de crédito, assim como o reporte prudencial sobre Fundos Próprios e reportes internos sobre risco de crédito;
- Departamento de Riscos de Mercado: assegura a análise e reporte prudencial e interno dos riscos de mercado, taxa de juro, cambial e de liquidez, assim como a respectiva integração nos processos de decisão da sala de mercados;
- Departamento de Risco Operacional: responsável pela função de gestão do risco operacional;

A DRI assegura igualmente a articulação com o Banco de Portugal, no domínio dos reportes prudenciais, designadamente ao nível de requisitos de capital, risco de liquidez e risco de taxa de juro.

No âmbito da gestão e controlo do risco de crédito foram desenvolvidas várias actividades, das quais se destacam a realização regular do Comité de Risco e Controlo Interno e a revisão da política de delegação de competências de decisão de crédito, no sentido de a tornar sensível ao nível esperado do risco do cliente / operação.

Adicionalmente, foi criada a Direcção de Análise de Crédito, que assegura a apreciação das propostas de crédito de empresas e particulares, assim como a atribuição dos *ratings* internos no segmento de empresas.

No plano regulamentar e de Basileia II, foram desenvolvidos os reportes previstos nos Pilar II – Adequação de Capital, e Pilar III – Disciplina de Mercado. Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno (“ICAAP”), de Testes de Esforço e de Risco de Concentração, conforme Instrução nº 2/2010 do Banco de Portugal. Os resultados dos relatórios apontam para a solidez dos níveis de capital, face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macroeconómicos. Ao nível do Risco de Concentração verifica-se uma evolução positiva nos principais tipos de concentração – Sectorial, Individual e Geográfica. No âmbito do Pilar III, foi divulgado publicamente o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na actividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

Foi igualmente assegurada a participação nos trabalhos do Programa Especial de Inspeções, no âmbito do *Memorandum* assinado entre o Estado Português e o Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional.

Este programa incidiu sobre três áreas de trabalho – apuramento da imparidade do crédito, cálculo dos requisitos de capital para risco de crédito e procedimentos de *stress testing*. Os resultados obtidos foram muito satisfatórios, confirmando-se a adequação dos processos adoptados pelo Finibanco.

O Finibanco tem também vindo a acompanhar as recomendações do Comité de Basileia e segue atentamente os desenvolvimentos de Basileia III no âmbito da gestão da liquidez e da avaliação dos fundos próprios, tendo-se procedido a análises do respectivo impacto. O Finibanco tem ainda participado regularmente nos Estudos de Impacto Quantitativo (QIS) de Basileia III, desenvolvidos pelo Banco de Portugal de acordo com as orientações da *European Bank Association* (EBA). Os documentos publicados pelo Comité de Basileia no final de 2009, estão agora divulgados nas suas versões definitivas e espera-se que sejam transpostos para directivas europeias em breve.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade da CEMG cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela DAGR, que analisa e assegura a gestão dos riscos, numa óptica de grupo, incluindo a coordenação do Comité de Riscos e Controlo Interno e o reporte ao nível do Comité de Activos e Passivos (“ALCO”) e do Comité de Informática.

A Direcção de Auditoria e Inspecção, como órgão de apoio ao Conselho de Administração, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco de Portugal, de verificar o cumprimento e observância da legislação em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando ao Conselho de Administração as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Sala de Mercados colabora com a DRI, de forma a efectuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais do Finibanco.

No que diz respeito ao risco de *compliance*, é da competência do *Head of Compliance*, na dependência do Conselho de Administração, assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a Direcção de Auditoria e Inspecção avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito - Retalho

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e Negócios e de *rating* para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de *scoring* reactivo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes). Encontram-se em revisão os modelos de *scoring* reactivo de cartões de crédito. Ainda no âmbito do crédito a particulares, a actuação comercial e a análise de risco são apoiadas complementarmente por *scorings* comportamentais.

No domínio do crédito a empresas, são utilizados modelos de rating interno para empresas de média e grande dimensão, diferenciando o sector da construção dos restantes sectores de actividade, enquanto para clientes Empresários em nome individual (“ENI’s”) e Microempresas é aplicado o modelo de *scoring* de Negócios.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Finibanco ao risco de crédito:

	2011	2010
	Euros '000	Euros '000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	30 316
Aplicações em instituições de crédito	-	473 107
Crédito a clientes	145 439	2 379 495
Activos financeiros detidos para negociação	-	3 802
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	9 628
Activos financeiros disponíveis para venda	41 830	132 776
Outros activos	8 973	71 002
Garantias e avales prestados	-	100 996
Compromissos irrevogáveis	-	159 962
	<u>196 242</u>	<u>3 361 084</u>

A repartição por sectores de actividade, para o exercício findo em 2011, encontra-se apresentada como segue:

Sector de actividade	2011			
	Crédito a clientes		Activos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000
Agricultura, silvicultura e pesca	1 359	78	-	-
Indústrias extractivas	2 007	49	-	-
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	4 284	37	-	-
Têxteis e vestuário	3 043	310	-	-
Curtumes e calçado	340	75	-	-
Madeira e cortiça	1 082	46	-	-
Papel e indústrias gráficas	3 249	161	-	-
Refinação de petróleo	-	-	-	-
Produtos químicos e de borracha	4 081	773	-	-
Produtos minerais não metálicos	1 990	144	-	-
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	8 443	708	-	-
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	2 054	26	-	-
Fabricação de material de transporte	627	115	-	-
Outras indústrias transformadoras	3 588	95	-	-
Electricidade, gás e água	5	5	-	-
Construção e obras públicas	13 217	1 905	-	-
Comércio por grosso e a retalho	24 880	1 324	-	-
Turismo	3 475	225	-	-
Transportes	3 508	405	-	-
Actividades de informação e comunicação	1 018	8	-	-
Actividades financeiras	338	14	41 830	-
Actividades imobiliárias	22 551	1 732	-	-
Serviços prestados às empresas	7 123	263	-	-
Administração e serviços públicos	2 381	0	-	-
Outras actividades de serviços colectivos	12 299	81	-	-
Crédito à habitação	-	-	-	-
Outros	28 292	1 213	-	-
Total	155 232	9 793	41 830	-

A repartição por sectores de actividade, para o exercício findo em 2010, encontra-se apresentada como segue:

Sector de actividade	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos para negociação	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	Activos financeiros disponíveis para venda		Garantias e avales prestados
	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000	Euros '000
Agricultura, silvicultura e pesca	16 396	72	-	-	-	-	634
Indústrias extractivas	15 177	391	-	-	-	-	668
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	54 284	49	-	-	-	-	2 262
Têxteis e vestuário	36 121	88	-	-	-	-	2 643
Curtumes e calçado	12 565	11	-	-	-	-	172
Madeira e cortiça	31 810	5 504	-	-	-	-	134
Papel e indústrias gráficas	15 060	6	-	-	-	-	205
Refinação de petróleo	11	-	-	-	-	-	-
Produtos químicos e de borracha	28 126	851	-	-	-	-	132
Produtos minerais não metálicos	21 726	-	-	-	-	-	781
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	61 711	41	-	-	-	-	5 428
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	19 685	27	-	-	-	-	1 100
Fabricação de material de transporte	32 473	14	-	-	-	-	2 263
Outras indústrias transformadoras	15 455	11	-	-	-	-	1 314
Electricidade, gás e água	1 507	-	-	-	-	-	-
Construção e obras públicas	350 175	2 263	-	-	-	-	23 003
Comércio por grosso e a retalho	350 552	6 520	-	-	-	-	29 329
Turismo	37 239	57	-	-	-	-	3 091
Transportes	28 662	138	-	-	-	-	2 732
Actividades de informação e comunicação	15 115	441	-	-	20	-	137
Actividades financeiras	278 538	3 634	3 802	9 628	20 418	-	10 290
Actividades imobiliárias	242 927	800	-	-	691	691	3 728
Serviços prestados às empresas	73 806	29	-	-	-	-	1 745
Administração e serviços públicos	15 242	1	-	-	112 338	-	38
Outras actividades de serviços colectivos	53 786	1	-	-	-	-	2 620
Crédito à habitação	334 249	3 581	-	-	-	-	-
Outros	355 154	93 526	-	-	-	-	6 547
Total	2 497 551	118 056	3 802	9 628	133 467	691	100 996

No que respeita a risco de crédito, a carteira de activos financeiros manteve-se concentrada em obrigações *investment grade*, emitidas por instituições financeiras.

Riscos Globais e em Activos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Activos e Passivos (“ALCO”), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à observância dos limites definidos para os *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* positivos de taxa de juro e de liquidez, de dimensão moderada. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de activos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* (“VaR”). Existem diferentes limites de exposição incluindo limites globais de VaR, por Emitente, por tipo/classe de activo e *rating*. São ainda definidos limites de *Stop Loss*. A carteira de investimento está principalmente concentrada em obrigações, que no final de 2011 representavam 91% do total da carteira.

O Finibanco calcula de forma regular o VaR da sua carteira de negociação sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%, pelo método da simulação histórica.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, o Finibanco calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (“BIS”) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado atentamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de regulamentação prudencial e para acompanhamento em sede de comité ALCO.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução n.º 13/2009).

Risco Operacional

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada na DRI exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, o Finibanco está sujeita à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos que as instituições deverão cumprir.

Os Fundos próprios do Finibanco dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base (“FPB”): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados retidos do período quando certificados, os interesses minoritários e outros instrumentos equiparados a capital, cujas condições sejam aprovadas pelo Banco de Portugal. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a *Goodwill* apurado, activos intangíveis, ganhos não realizados em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados que representem risco de crédito próprio, desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite correspondente a 10% do máximo entre as referidas responsabilidades e o activo do fundo de pensões. São também deduzidos em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras, bem como as participações em entidades seguradoras. Em Novembro de 2011 entrou em vigor a Instrução 28/2011 do Banco de Portugal que inclui como elemento negativo dos fundos próprios de base uma parte do saldo dos depósitos cuja taxa de remuneração seja superior em 3% à taxa de referência para a data do depósito em vigor na data de renovação ou constituição desse depósito. Esta Instrução aplica-se aos depósitos constituídos ou renovados após 1 de Novembro de 2011.

- Fundos Próprios Complementares (“FPC”): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível reservas provenientes da reavaliação do activo imobilizado e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras, bem como as participações em entidades seguradoras.
- É deduzido aos Fundos Próprios totais um valor referente a imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio há mais de 4 e 5 anos, calculado segundo um critério de progressividade que conduz a que ao fim de 9 ou 12 anos em carteira (conforme a data de arrematamento) o valor líquido do imóvel esteja totalmente deduzido aos Fundos Próprios.

A composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em 2008, o Banco de Portugal introduziu algumas alterações ao cálculo dos fundos próprios. Assim, através do Aviso n.º 6/2008, a par do tratamento dado aos créditos e outros valores a receber, excluiu as valias potenciais em títulos de dívida classificados como disponíveis para venda dos fundos próprios, na parte que exceda o impacto resultante de eventuais operações de cobertura, mantendo, contudo, a obrigatoriedade de não considerar nos fundos próprios de base as reservas de reavaliação positivas, na parte que exceda a imparidade que eventualmente tenha sido registada, relativas a ganhos não realizados em títulos de capital disponíveis para venda (líquidas de impostos).

A verificação de que uma entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respectivos requisitos de fundos próprios certifica a adequação do seu capital, reflectida num rácio de solvabilidade, representado pelos fundos próprios em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios. O Aviso n.º 3/2011 do Banco de Portugal determina que o rácio *core tier 1*, em base consolidada, deve ser não inferior a 9%, até 31 de Dezembro de 2011, e a 10%, até 31 de Dezembro de 2012.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital do Finibanco para 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010
	Euros '000	Euros '000
Fundos Próprios de Base		
Capital realizado	180 000	180 000
Resultados, reservas gerais, especiais e resultados não distribuídos	(47 013)	(48 419)
Outros ajustamentos regulamentares	-	5 311
Compensação do impacto na transição para NIC/NCA	-	6 048
	<u>132 987</u>	<u>142 940</u>
Fundos Próprios Complementares		
Upper Tier 2	18	1
Lower Tier 2	-	71 470
Deduções	-	-
	<u>18</u>	<u>71 471</u>
Deduções aos fundos próprios totais	<u>(3 267)</u>	<u>(16 677)</u>
Fundos próprios totais	<u><u>129 738</u></u>	<u><u>197 734</u></u>
Requisitos de Fundos Próprios		
Risco de crédito	15 611	166 609
Riscos de mercado	-	2 534
Risco operacional	393	15 089
	<u><u>16 004</u></u>	<u><u>184 232</u></u>
Rácios Prudenciais		
Rácio Core Tier 1	90,00%	7,8%
Rácio Tier 1	66,50%	6,2%
Rácio de Solvabilidade	64,90%	8,6%

48 Reporte por segmentos

O Finibanco adoptou a IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais, tendo para o efeito passado a utilizar novos critérios na preparação desta informação.

A actividade do Finibanco é desenvolvida essencialmente no sector financeiro e direccionada para as empresas, institucionais e clientes particulares. Tem o seu centro de decisão em Portugal o que confere ao território nacional o seu mercado privilegiado e natural de actuação.

Os produtos e serviços comercializados incluem toda a oferta inerente à actividade bancária universal, designadamente, a captação de depósitos, a concessão de crédito e serviços financeiros a empresas e particulares e custódia e ainda a comercialização de fundos de investimento e de seguros de vida e não vida, através das suas associadas do sector segurador. Adicionalmente, o Finibanco realiza investimentos de curto, de médio e longo prazo nos mercados financeiro e cambial como forma de tirar vantagens das oscilações de preços ou como meio para rendibilizar os recursos financeiros disponíveis.

Na avaliação do desempenho por áreas de negócio o Finibanco considera os seguintes Segmentos Operacionais:

- (1) Banca de Retalho, que inclui os subsegmentos de Particulares, Empresários em Nome Individual, Microempresas, e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);
- (2) Banca de Empresas, que engloba as Grandes Empresas, as Pequenas e Médias Empresas, as Instituições Financeiras e o Sector Público Administrativo;
- (3) Outros Segmentos que agrupa as operações não incluídas nos outros segmentos, designadamente as operações e a gestão referentes à Carteira própria de Títulos e às Aplicações em Instituições de Crédito.

Cada segmento engloba as estruturas do Finibanco que a ele se encontram directa e indirectamente dedicadas, bem como as unidades autónomas do Finibanco cuja actividade é imputada a um dos segmentos acima referidos.

Descrição dos segmentos operacionais

Em base consolidada, cada um dos segmentos operacionais inclui os proveitos e os custos relacionados com as seguintes actividades, produtos, clientes e estruturas do Finibanco:

Banca de Retalho

Este Segmento Operacional corresponde a toda a actividade desenvolvida pelo Finibanco, com os clientes particulares, empresários em nome individual microempresas e IPSS, comercialmente designados por segmento de Particulares e Pequenos Negócios, fundamentalmente originada através da rede de balcões, dos canais electrónicos e rede de promotores. A informação financeira do segmento relaciona-se com, entre outros produtos e serviços, o crédito à habitação, o crédito individual ou ao consumo, os depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de poupanças, os produtos soluções de reforma, tais como os PPR, os cartões de débito e de crédito, os serviços de gestão de contas e de meios de pagamento e os serviços de colocação de fundos de investimento e de compra e venda de títulos e de custódia, bem como colocação de seguros e serviços não financeiros.

Banca de Empresas

Este Segmento Operacional agrega a actividade do Finibanco com as Pequenas, Médias e Grandes Empresas, através da rede de balcões e da estrutura comercial dedicada a este segmento. Inclui também o negócio com os clientes institucionais, designadamente do sector financeiro e da administração pública central, local e regional. De entre os produtos envolvidos destaca-se o crédito à tesouraria e ao investimento, o desconto comercial, as garantias prestadas o *leasing*, o *factoring*, o *renting*, as operações de estrangeiro, tais como os créditos documentários, cheques e remessas os depósitos serviços de pagamentos e recebimentos, os cartões e ainda serviços de custódia.

Outros segmentos

Neste segmento inclui-se toda a actividade desenvolvida de suporte às actividades principais que constituem o *core business* dos dois segmentos anteriores, designadamente a actividade de gestão financeira global do Finibanco, os investimentos em instrumentos dos mercados de capitais (acções e obrigações), estejam eles integrados na carteira de negociação, de justo valor através de resultados, de disponíveis para venda ou na carteira de investimentos detidos até à maturidade. Também é neste segmento que se incluem os impactos das decisões estratégicas com efeitos transversais ao Finibanco os investimentos nas participações estratégicas minoritárias, a actividade inerente à gestão de riscos de taxa de juro e cambial, a gestão das posições curtas e longas em instrumentos financeiros, que permitam tirar partido das oscilações de preços nos mercados em que tais instrumentos são transaccionados, e a preparação e colocação pública ou privada de emissões de acções, obrigações e outros instrumentos de dívida.

Critérios de imputação dos resultados aos segmentos

A informação financeira consolidada apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Finibanco, tal como preconizado pela IFRS 8 – Segmentos Operacionais.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na nota 1, tendo sido adoptados ainda os seguintes princípios:

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Finibanco utiliza o resultado como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Unidades operacionais autónomas

Como referido anteriormente, cada unidade operacional autónoma é avaliada isoladamente atendendo a que estas unidades são encaradas como centros de investimento. Complementarmente, atendendo às características do negócio que maioritariamente desenvolvem, são englobadas num dos Segmentos Operacionais pela sua totalidade, ou seja, activos, passivos, capital próprio afecto, proveitos e custos.

Estruturas do Finibanco dedicadas ao segmento

A actividade do Finibanco abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios:

- (i) Da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais, mesmo que, numa fase posterior o Finibanco, estrategicamente, decida titularizar alguns dos activos neles originados;
- (ii) Do cálculo da margem financeira inicial em função do volume de actividade directo e das taxas de juro das operações negociadas com os clientes para cada produto/segmento;
- (iii) Do cálculo da margem financeira final através da cedência dos activos e passivos de cada produto/segmento a uma *pool*, que procede ao seu balanceamento e ajuste dos juros, tendo em conta as taxas de juro de mercado em cada momento, ou seja, a Euribor para diversos prazos;
- (iv) Da imputação dos custos directos das estruturas comerciais dedicadas ao segmento;
- (v) Da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos);
- (vi) Da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95 do BdP e com o modelo da imparidade;

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Finibanco são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo sistema de ajuste através da *pool*, acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); as restantes prestações internas são alocadas aos segmentos com base em critérios definidos sem qualquer margem das estruturas fornecedoras.

Os riscos de taxa de juro, cambial, de liquidez e outros que não o risco de crédito, são imputados ao segmento Outros Segmentos.

Juros activos e passivos

Sendo a actividade consolidada do Finibanco exercida essencialmente através do negócio bancário, significa que a maior parte das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus activos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto da actividade dos segmentos representar o negócio directo desenvolvido pelas unidades de negócio para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 da IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Operações entre Segmentos.

Activos não correntes

Os activos não correntes, na óptica preconizada na IFRS 8, incluem os Outros activos tangíveis e os Activos intangíveis. No Finibanco, estes activos encontram-se afectos ao segmento em que estas desenvolvem maioritariamente o seu negócio.

Activos por benefícios pós-emprego

Atendendo a que os factores que influenciam quer as responsabilidades quer o valor dos activos do Fundo de Pensões do Finibanco correspondem, fundamentalmente, a elementos externos à actuação da gestão, o Finibanco considera que os referidos elementos não devem influenciar o desempenho dos Segmentos Operacionais cuja actividade se desenvolve com clientes.

Áreas Doméstica e Internacional

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquela unidade com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

O reporte por segmentos operacionais em 31 de Dezembro de 2011, é apresentado conforme segue:

Indicador de Exploração e Rendibilidade	Banca de Retalho Euros '000	Operações entre segmentos Euros '000	Total Euros '000
Juros e rendimentos similares	42 989	-	42 989
Juros e encargos similares	25 824	-	25 824
Margem financeira	17 165	-	17 165
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	5 465	-	5 465
Encargos com serviços e comissões	(957)	-	(957)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	883	883
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	207	207
Resultados de reavaliação cambial	-	(46)	(46)
Resultados de alienação de outros activos	-	(2 296)	(2 296)
Outros resultados de exploração	(1 647)	64 550	62 903
Total de proveitos operacionais	20 026	63 298	83 324
Custos com pessoal	13 974	-	13 974
Gastos gerais administrativos	10 117	-	10 117
Depreciações e amortizações	2 107	-	2 107
Total de custos operacionais	26 198	-	26 198
Total Provisões e Imparidade	14 021	3 171	17 192
Resultado operacional	(20 193)	60 127	39 934
Impostos	-	15 514	15 514
Resultado do exercício	(20 193)	44 613	24 420
Activo Líquido	145 439	67 823	213 262
Passivo	39 222	16 268	55 490

O reporte por segmentos operacionais em 31 de Dezembro de 2010, é apresentado conforme segue:

Indicador de Exploração e Rendibilidade	Banca de Retalho Euros '000	Banca de empresas Euros '000	Operações entre segmentos Euros '000	Total Euros '000
Juros e rendimentos similares	131 882	58 311	(49 124)	141 069
Juros e encargos similares	78 389	44 193	(54 250)	68 331
Margem financeira	53 493	14 118	5 126	72 738
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	63	63
Rendimentos de serviços e comissões (líq)	15 075	5 019	(534)	19 560
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	3 101	3 101
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	611	611
Resultados de reavaliação cambial	-	-	635	635
Resultados de alienação de outros activos	-	-	(137)	(137)
Outros resultados de exploração	5 845	1 150	(8 436)	(1 441)
Total de proveitos operacionais	74 413	20 287	429	95 130
Custos com pessoal	44 549	9 287	3 440	57 276
Gastos gerais administrativos	23 830	6 914	3 319	34 063
Depreciações e amortizações	6 630	1 264	419	8 313
Total de custos operacionais	75 009	17 465	7 178	99 652
Total Provisões e Imparidade	20 223	35 584	64	55 871
Resultado operacional	(20 819)	(32 762)	(6 813)	(60 393)
Impostos	-	-	(4 561)	(4 561)
Resultado do exercício	(20 819)	(32 762)	(2 252)	(55 832)
Activo Líquido	1 363 432	1 062 084	908 672	3 334 188
Passivo	1 912 142	447 154	831 018	3 190 314

49 Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas, alterações e interpretações efectivas em ou a partir de 1 de Janeiro de 2011

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Finibanco aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Outubro de 2010, a IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2010, o IASB publicou o "Annual Improvement Project," o qual efectuou 11 alterações em 7 normas. A data de efectividade das alterações, possibilidade de adopção antecipada e requisitos de aplicação na transição são definidos em cada norma. A maioria das alterações foram de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2011.

O Finibanco não obteve qualquer impacto significativo da adopção destas alterações às normas em vigor ao nível das demonstrações financeiras.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Finibanco

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2015, sendo permitido a sua adopção antecipada. Esta norma foi alterada em Outubro de 2010. A IFRS 9 não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser revertidos por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam tratados da mesma forma. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;
- A excepção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;
- As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor ("*Fair Value option*") serão reconhecidas em "*Other Comprehensive income*" (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes

passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

O Finibanco está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo permitida a sua adopção antecipada.

Esta norma introduz um novo enfoque na determinação de quais os investimentos que devem ser consolidados (método integral), substituindo a IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a SIC 12 – Consolidação de SPE. Desta forma, apresenta uma nova definição de controlo e requisitos para a sua aplicação.

Um investidor detém controlo sobre uma participada quando está exposto, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada. Foi introduzido o conceito de *facto control*.

Foram incluídos nesta norma dois objectivos principais:

- Introdução de um único modelo de consolidação para todo o tipo de entidades, assegurando-se que uma entidade consolida todas as entidades que controla;
- Introdução de requisitos de divulgação mais extensos, nomeadamente sobre os investimentos que a entidade não consolida.

O Finibanco encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 11 - Acordos conjuntos

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 11 - Acordos conjuntos, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo permitida a sua adopção antecipada.

Esta norma substitui a anterior norma IAS 31, mantendo a mesma definição de um acordo conjunto. Contudo, foram introduzidas duas novas categorias de acordos conjuntos: 1) *Joint operations* e 2) *Joint ventures*.

As principais alterações introduzidas por esta norma foram:

- A estrutura dos acordos conjuntos deixou de ser o factor crítico para a determinação do modelo contabilístico a seguir. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica, do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias;
- Introdução da obrigatoriedade de aplicação da equivalência patrimonial a uma *Joint ventures*, eliminando assim a opção de consolidação pelo método proporcional.

O Finibanco encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo permitida a sua adopção antecipada.

Divulgações mais detalhadas sobre o envolvimento com entidades que consolidam (subsidiárias) e aquelas que não consolidam, nomeadamente:

- A natureza e os riscos associados aos interesses noutras entidades, e
- Efeitos desses interesses ao nível da situação financeira, resultados das operações e fluxos de caixa na entidade que reporta.

O Finibanco encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 13 - Mensuração do justo valor

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 13 - Mensuração do justo valor, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo permitida a sua adopção antecipada.

Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor assim como novos requisitos de informação. Desta forma, os principais aspectos considerados são:

- Princípios que estão na base de um justo valor;
- Técnicas de valorização apropriadas e os três níveis de hierarquização do justo valor; e
- Requisitos mais alargados no que respeita a informação para divulgação.

O Finibanco encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo permitida a sua adopção antecipada.

Esta norma IAS 27 (2011) não introduz alterações sobre os requisitos de aplicação da IAS 27 no âmbito das demonstrações financeiras individuais, apenas clarifica: que uma entidade que prepara demonstrações financeiras individuais terá que seguir todas as normas relevantes das IFRS, e necessidades de requisitos de divulgação.

O Finibanco encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IAS 28 - Investimentos em associadas e Joint ventures

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 28 - Investimentos em associadas e *Joint ventures* com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo permitida a sua adopção antecipada.

Esta norma veio substituir a IAS 28 (2003) e descreve o tratamento contabilístico a adoptar pelo investidor dos investimentos em associadas e em *Joint ventures*, definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, quer para associadas quer para "*joint ventures*".

A IFRS 11 determina qual o tipo de acordo conjunto que uma entidade está envolvida, e uma vez determinado que existe um interesse numa *Joint ventures*, uma entidade aplica o método da equivalência patrimonial nas contas consolidadas de acordo com a IAS 28 (revista em 2011), excepto se forem aplicadas as excepções previstas nessa norma.

A IFRS 12 descreve quais os requisitos de divulgação de informação.

O Finibanco encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 7 (Alterada) - Divulgações - Offsetting de activos e passivos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração à IFRS 7 - Divulgações - "*Offsetting*" de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo permitida a sua p antecipada.

Esta norma alterou os requisitos de divulgação de informação de modo a que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito ou potencial efeito da apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros na situação financeira de uma entidade.

O Finibanco encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

IAS 32 (Alterada) - Offsetting de activos e passivos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração IAS 32 - "*Offsetting*" de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo permitida a sua adopção antecipada.

Esta alteração veio substituir o parágrafo AG38 da IAS 32 pelos novos parágrafos AG38A-AG38F, relativamente às condições requeridos para se efectuar a apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros, na situação financeira de uma entidade:

- O critério de que uma entidade tem o direito legal de efectuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos, e
- O critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os activos e liquidar os passivos em simultâneo.

O Finibanco encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

50 Factos relevantes

Em Novembro e Dezembro de 2011, o Finibanco procedeu à alienação de um conjunto de imóveis classificados como Activos não correntes detidos para venda e Propriedades de investimento, conforme nota 24 e 25, respectivamente.

As alienações de Activos não correntes detidos para venda e Propriedades de investimento, foram realizadas para os Fundos de Investimento Imobiliário, CA Imobiliário – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto (“FEII”) e Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (“FIIAH”).

Estas operações geraram uma menos-valia de Euros 3.110.000, conforme notas 24 e 25 e uma reversão de imparidade associada a estes imóveis de Euros 16.790.000, conforme referido nas notas 24 e 25. De referir que para estas operações, os preços de transacção foram determinados através de duas avaliações para cada imóvel, realizadas por avaliadores independentes credenciados pela CMVM. Para cada imóvel foi atribuído o valor mais baixo das duas avaliações ou a média das duas.

Adicionalmente, e no âmbito das referidas operações, o Finibanco adquiriu 4.717.469 unidades de participação no fundo CA Imobiliário – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto (“FEII”), por um valor equivalente ao valor da alienação de imóveis aos fundos (nota 21).

Adicionalmente, e no âmbito das referidas operações, a Caixa Económica Montepio Geral adquiriu unidades de participação nos fundos referidos anteriormente por um valor equivalente ao valor da alienação de imóveis aos fundos:

- 20.195.716 unidades de participação no CA Imobiliário – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto (“FEII”); e
- 59.663 unidades de participação no Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (“FIIAH”).

As operações corresponderam a alienações de imóveis a fundos de investimento imobiliários e como tal houve uma transferência de direitos e obrigações associados a esses imóveis. As unidades de participação (“UP’s”) do fundo estão incluídas na carteira de Activos Financeiros disponíveis para venda, inscritos ao justo valor, conforme descrito nas IAS 39. A determinação do justo valor destas UP’s é efectuada com base no valor de mercado.

Tratando-se de fundos de investimento imobiliários, estão sujeitos à regulamentação e supervisão da CMVM, cumprindo com as obrigações inerentes, das quais se salienta as avaliações dos imóveis incluídos nos fundos por dois avaliadores independentes.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Excelentíssimos Senhores Acionistas do

Finibanco, S.A.:

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal do Finibanco, S.A. vem apresentar o relatório da sua atividade no exercício de dois mil e onze, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas relativos àquele ano, incluindo o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais, relativos àquele exercício e apresentados pelo Conselho de Administração e ainda sobre o desempenho da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O Conselho Fiscal reuniu assiduamente, pelo menos mensalmente, e acompanhou a evolução da Instituição, nomeadamente através dos contactos com membros do Conselho de Administração da Sociedade e com os principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebeu todas as informações que se tornaram necessárias. Com efeito, periodicamente foram disponibilizados Mapas Financeiros, através dos quais foi possível tomar conhecimento das variações patrimoniais ocorridas.

No seu desempenho, o Conselho Fiscal procedeu também às verificações que por lei lhe estão conferidas, não lhe tendo sido criados quaisquer constrangimentos, o que realça com satisfação.

De igual modo, este órgão acompanhou a atividade desenvolvida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que avalia muito positivamente, tendo, desta forma, igualmente obtido elementos úteis ao desenvolvimento das suas funções de fiscalização.

O Conselho Fiscal elaborou, ainda, o parecer previsto no Aviso n.º 5 de 2008 do Banco de Portugal, acerca do Sistema de Controlo Interno, em articulação com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com o Conselho de Administração e com os diversos Serviços do Banco.

O Conselho Fiscal analisou os documentos de prestação de contas e a certificação legal das contas emitidas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo também apreciado a proposta do Conselho de Administração de aplicação de resultados.



Em face do que precede, o Conselho Fiscal é de opinião que merecem aprovação os citados documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração e a correspondente proposta de aplicação de resultados.

Porto, 26 de Março de 2012

O Conselho Fiscal

José Rodrigues de Jesus
Presidente

António Monteiro de Magalhães

Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes

Anexos

Participações dos Membros dos Órgãos de Administração

Nos termos e para os efeitos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, informa-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detinham quaisquer ações ou obrigações do Finibanco, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, nem efetuaram qualquer movimento durante o período em causa.

Lista de Titulares de Participações Qualificadas

Nos termos do Regulamento n.º 5/2008 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e do n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, em 31.12.2011, a totalidade do capital social do Finibanco, S.A. estava na posse do Finibanco-Holding, SGPS S.A..

Por sua vez, o Acionista que, em 31.12.2011, detinha a totalidade do capital social do Finibanco-Holding, SGPS S.A. era a Caixa Económica Montepio Geral.

Ações Próprias Detidas em 31.12.2011

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, em 31.12.2011, o Finibanco, S.A. não detinha ações próprias nem fez qualquer movimento durante o período em análise.